

Relatório de Desempenho

JAN - DEZ

20
24

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO CEARÁ



DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ

Sâmia Farias Costa Maia

SUBDEFENSOR GERAL DO ESTADO DO CEARÁ

Leandro Sousa Bessa

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Samuel Marques

**DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA E
SUPERVISORA DO NÚCLEO DE ESTÁGIO**

Amélia Soares Rocha

ASSESSOR JURÍDICO

Petrus Henrique Gonçalves Freire

ASSESSOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Bruno Fiori Palhano Melo

ASSESSORA DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

Lia Cordeiro Felismino

ASSESSORA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE

Denise Sousa Castelo

COORDENADOR DAS DEFENSORIAS DA CAPITAL

Manfredo Rommel Cândido Maciel

COORDENADORA DAS DEFENSORIAS DO INTERIOR

Aline Pinho Romero Vieira

SUBCOORDENADOR DAS DEFENSORIAS DO INTERIOR

Guilherme Queiroz Maia Filho

Antônio Lopes Filho



ASSESSORA DE RELACIONAMENTO E ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Yamara Alves Lavor Viana

ASSESSORA DE PROJETOS

Camila Vieira Nunes Moura

CONTROLADORA INTERNA

Ana Carolina Corrêa Lima Collins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

Nídia de Matos Nunes

SECRETÁRIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Elienai Amaro de Sousa

SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Kátia Burgos Monteiro

SECRETÁRIA DE COMUNICAÇÃO

Bianca Felippsen

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Antônio de Pádua Dias Costa Júnior

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

Milton Luiz da Silva Medeiros

SECRETÁRIO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Elias Xerxes Pinheiro Xerez

SECRETÁRIA DE ARQUITETURA, ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

Karinny Ferreira Victor



Sumário

Palavra da Defensora Geral // 6

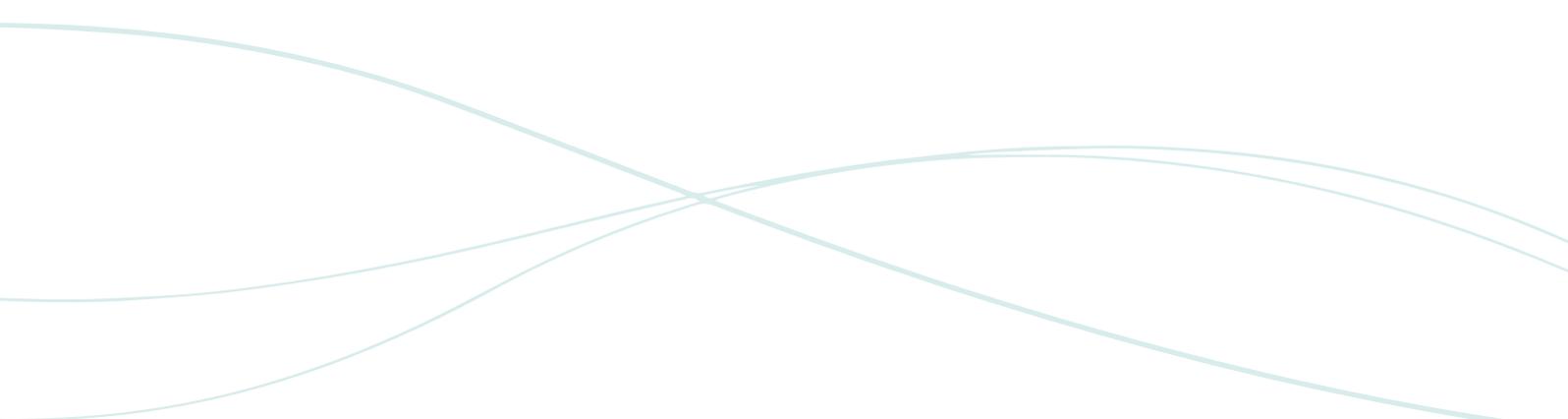
1. Descrição geral, missão, finalidade, competência e estrutura organizacional // 8

- 1.1. Descrição geral // 8
- 1.2. Missão // 9
- 1.3. Visão // 9
- 1.4. Valores // 9
- 1.5. Competência // 10
- 1.6. Estrutura organizacional // 12

2. Estratégias e Planos de Ação, destacando os objetivos e metas físicas e financeiras estabelecidas nos projetos e atividades // 15

- 2.1. Metodologia // 15
- 2.2. Plano de Atuação // 17
- 2.3. Identidade Organizacional // 18
- 2.4. Estratégias // 19
- 2.5. Matriz de Projetos, Metas e Indicadores // 20
- 2.6. Orçamento Participativo // 27

3. Recursos orçamentários e financeiros, indicando suas fontes, recursos patrimoniais, infraestrutura e quadro de pessoal // 32

- 3.1. Fontes // 32
 - 3.2. Recursos patrimoniais // 33
 - 3.3. Infraestrutura // 33
 - 3.4. Quadro de pessoal // 42
- 

4. Execução de programas de governo, projetos e atividades privilegiando os resultados alcançados, com indicação dos recursos orçamentários e financeiros utilizados // 43

4.1. Execução dos programas de governo // 43

4.2. Execução dos projetos e atividades // 45

5. Indicadores de gestão e de desempenho que permitam aferir a eficiência, eficácia e economicidade das ações // 49

5.1. Indicadores de Gestão // 49

5.2. Indicadores de Desempenho // 57

6. Demonstrativo de Fluxo Financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos individualizados, bem como a indicação de contrapartida estadual, se for o caso // 63

7. Demonstrativo das transferências de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou instrumentos congêneres // 67

8. Relatório de desempenho de gestão dos órgãos ou entidades supervisoras que mantenham contrato de gestão com organizações sociais na forma da Lei 12.781/97, bem como relatórios gerencial e de atividades // 68

9. Conclusão // 69

10. Referências Bibliográficas // 70

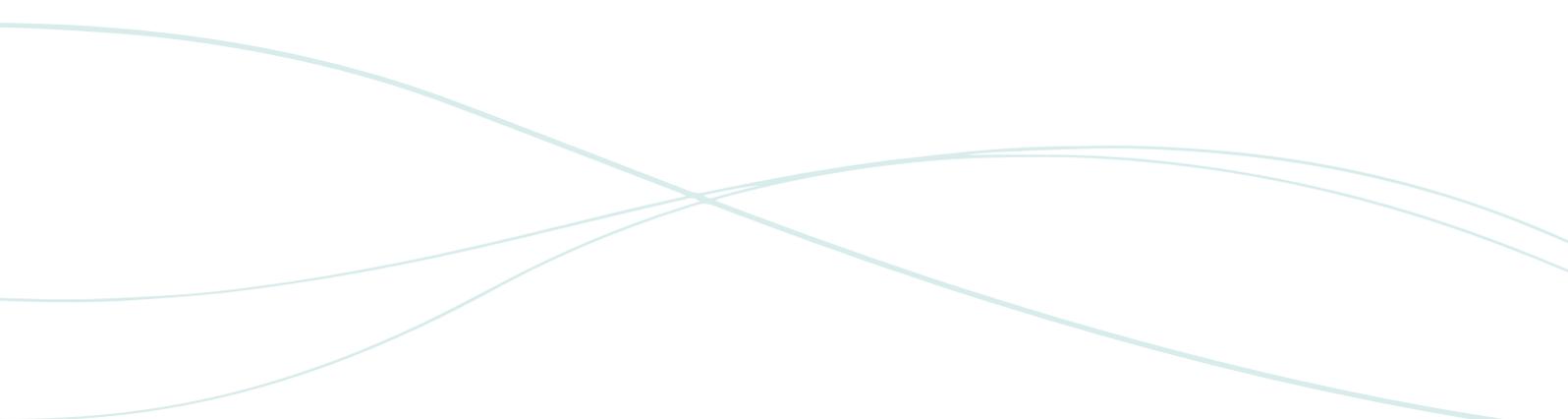
Palavra da Defensora Geral

Cuidar das pessoas, proteger direitos e enfrentar desigualdades não são apenas compromissos institucionais — são, acima de tudo, as missões constitucionais da Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apresentar este Relatório de Desempenho 2024 é reafirmar que seguimos construindo, diariamente, uma política pública de acesso à justiça, que transforma vidas, fortalece territórios e amplia cidadania. É prestar contas não só dos números e indicadores, mas, sobretudo, do impacto real que a Defensoria gera na vida de quem mais precisa. É, também, valorizar o trabalho coletivo de defensoras, defensores, servidoras, servidores, estagiários e colaboradores que, com dedicação e compromisso social, fazem da Defensoria uma instituição viva, em constante movimento e a serviço da transformação social.

O que está nestas páginas não é apenas um compilado de dados. São retratos vivos da atuação de uma instituição que se consolida como essencial para o fortalecimento da democracia, da cidadania e dos direitos humanos no Ceará. Cada número aqui reflete escolhas — escolhas que colocam a pessoa assistida no centro das nossas ações. Escolhas que se orientam por um modelo de gestão participativa, democrática, transparente e comprometida com a transformação social.

O ano de 2024 foi mais uma prova da força da Defensoria Pública. Superamos a marca de **1,9 milhão de procedimentos realizados**, impactando direta e indiretamente mais de **7 milhões de cearenses**. Ampliamos nossa atuação em núcleos especializados, investimos na interiorização dos serviços, fortalecemos as estruturas físicas e tecnológicas e seguimos na vanguarda da inovação, com projetos que aliam eficiência, inclusão e dignidade. Crescemos também na escuta, no diálogo e no compromisso com uma atuação que não se limita aos processos, mas que busca construir soluções extrajudiciais, fortalecer redes de proteção e garantir direitos de forma ampla e efetiva.

Este Relatório também revela que não existe autonomia sem orçamento e que não há orçamento sem gestão qualificada e compromisso social. O fortalecimento da Defensoria passa necessariamente pela sustentabilidade financeira, pela capacidade de planejar, investir e crescer. E é por meio de ferramentas como o FAADEP, da boa gestão dos recursos ordinários e do protagonismo do nosso Orçamento Participativo, que tornamos possível a expansão da Defensoria e a melhoria constante dos serviços.



As escutas realizadas junto às comunidades — povos tradicionais, quilombolas, indígenas, pesqueiras, população em situação de rua, pessoas LGBT-QIAPN+, mulheres, idosos, trabalhadores e trabalhadoras rurais — foram ainda ampliadas com os projetos Amar Defensoria – Um Mar de Direitos, que ao longo do ano percorreu as comunidades litorâneas do Estado, aprofundando diálogos e construindo soluções a partir das realidades dos territórios. São essas vozes que moldaram as prioridades deste ciclo. Porque é a partir das vozes dos territórios que fazemos da Defensoria não apenas uma instituição de acesso à justiça, mas também uma ferramenta concreta de enfrentamento às desigualdades.

Ainda há desafios, e eles não são poucos. Seguimos convivendo com um quadro que, embora ampliado, ainda é insuficiente para garantir defensoras e defensores em todas as comarcas, como determina a Emenda Constitucional nº 80/2014. Mas cada nova sede, cada nomeação, cada projeto implementado e cada parceria firmada representam passos firmes na direção desse horizonte.

Este Relatório, portanto, não é um fim em si mesmo, mas um meio. Um retrato do que foi feito e uma devolutiva pública que materializa nosso compromisso com a transparência, com a responsabilidade social e com a construção coletiva de uma Defensoria Pública cada vez mais forte, presente e indispensável para o povo cearense. Que este documento seja também um chamado: para que a sociedade se aproprie, acompanhe, participe e fortaleça este patrimônio coletivo que é a Defensoria Pública, modelo mais justo e constitucional de acesso à justiça.

Seguimos em frente com esperança e trabalho. Por mais justiça, por mais direitos e por um Ceará igualitário para todas as pessoas.

Sâmia Farias

*Defensora pública geral
do Estado do Ceará*



1 Descrição geral, missão, finalidade, competência e estrutura organizacional

1.1. Descrição geral

A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado à qual incumbe a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados e agrupamentos sociais em condição de vulnerabilidade. Foi criada pela Constituição Federal de 1988 e regulamentada, em sede infraconstitucional, pela Lei Complementar Federal nº 80/94, que define o perfil da instituição e estabelece normas gerais a serem complementadas pela legislação estadual. No âmbito do Estado do Ceará, a Defensoria foi criada e regulamentada pela Lei Complementar Estadual nº 06/97.

Segundo o artigo 134 da Constituição Federal:

“A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal”.

Nascida para prestar assistência jurídica gratuita aos mais vulneráveis, a Defensoria possui atualmente um grande leque de atribuições, sendo cada vez mais relevante o seu papel social. A criação e o fortalecimento de uma Instituição de Estado com missão de promover o acesso à justiça, assumindo que para assegurar aos cidadãos direitos e garantias fundamentais proclamados constitucionalmente, sobretudo aqueles inerentes à cidadania plena, à dignidade da pessoa humana e à primazia dos direitos humanos, é necessária uma gama de atuações.

Deste modo, as funções institucionais previstas na Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública (LCP80/94) dialogam com valores fundamentais que emergem do Estado Democrático de Direito, como a promoção do acesso à justiça, a defesa dos direitos fundamentais de processo corolários da ampla defesa, contraditório e devido processo legal, a prevalência dos direitos humanos, a igualdade material, a defesa de grupos sociais hipossuficientes ou sub representados juridicamente, a defesa da pessoa em situação de vulnerabilidade, a primazia da dignidade da

pessoa humana, a defesa da cidadania plena, a solução extrajudicial de conflitos e a promoção da paz social.

1.2. Missão

Promover a assistência jurídica integral e gratuita a todos os necessitados, prestando serviço público eficiente e eficaz.

1.3. Visão

Consolidar-se como Instituição de excelência, reconhecida e valorizada por toda a sociedade como essencial ao sistema de justiça.

1.4. Valores

Legalidade, Impessoalidade e Moralidade: obedecer aos princípios constitucionais regentes da Administração Pública, notadamente no que concerne ao zelo pelo interesse público, pela probidade e pela moralidade administrativas.

Eficiência e eficácia: prestar serviço em grau de excelência à população, buscando cumprir os objetivos institucionais, de forma plena e efetiva.

Transparência e Publicidade: praticar os atos com visibilidade, aprimorando os canais de comunicação e transparência.

Cooperação: trabalhar em equipe, compartilhando responsabilidades e resultados.

Ética: agir com integridade e higidez moral em todas as suas ações e relações institucionais.

Responsabilidade Socioambiental: adotar padrões de responsabilidade socioambiental nas ações cotidianas.

Inovação: permanente processo de reinvenção das rotinas de trabalho para otimizar os recursos disponíveis.

Modernização: adoção de modelos de gestão administrativos atuais para alcançar a missão institucional.

1.5. Competência

Com efeito, as funções institucionais previstas na Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública (LCP80/94) dialogam claramente com valores fundamentais que emergem do Estado Democrático de Direito, como a promoção do acesso à justiça, a defesa dos direitos fundamentais de processo corolários da ampla defesa, contraditório e devido processo legal, a prevalência dos direitos humanos, a igualdade material, a defesa de grupos sociais hipossuficientes ou sub-representados juridicamente, a defesa da pessoa em situação de vulnerabilidade, a primazia da dignidade da pessoa humana, a defesa da cidadania plena, a solução extrajudicial de conflitos e a promoção da paz social, senão vejamos.

“Art. 4º São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras:

I – prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em todos os graus;

II – promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos;

III – promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico;

IV – prestar atendimento interdisciplinar, por meio de órgãos ou de servidores de suas Carreiras de apoio para o exercício de suas atribuições;

V – exercer, mediante o recebimento dos autos com vista, a ampla defesa e o contraditório em favor de pessoas naturais e jurídicas, em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias, ordinárias ou extraordinárias, utilizando todas as medidas capazes de propiciar a adequada e efetiva defesa de seus interesses;

VI – representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos;

VII – promover ação civil pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes;

VIII – exercer a defesa dos direitos e interesses individuais, difusos, coletivos e individuais homogêneos e dos direitos do consumidor, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal;

IX – impetrar habeas corpus, mandado de injunção, habeas data e mandado de

segurança ou qualquer outra ação em defesa das funções institucionais e prerrogativas de seus órgãos de execução;

X – promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela;

XI – exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa portadora de necessidades especiais, da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado;

XII - (VETADO);

XIII - (VETADO);

XIV – acompanhar inquérito policial, inclusive com a comunicação imediata da prisão em flagrante pela autoridade policial, quando o preso não constituir advogado;

XV – patrocinar ação penal privada e a subsidiária da pública;

XVI – exercer a curadoria especial nos casos previstos em lei;

XVII – atuar nos estabelecimentos policiais, penitenciários e de internação de adolescentes, visando a assegurar às pessoas, sob quaisquer circunstâncias, o exercício pleno de seus direitos e garantias fundamentais;

XVIII – atuar na preservação e reparação dos direitos de pessoas vítimas de tortura, abusos sexuais, discriminação ou qualquer outra forma de opressão ou violência, propiciando o acompanhamento e o atendimento interdisciplinar das vítimas;

XIX – atuar nos Juizados Especiais;

XX – participar, quando tiver assento, dos conselhos federais, estaduais e municipais afetos às funções institucionais da Defensoria Pública, respeitadas as atribuições de seus ramos;

XXI – executar e receber as verbas sucumbenciais decorrentes de sua atuação, inclusive quando devidas por quaisquer entes públicos, destinando-as a fundos geridos pela Defensoria Pública e destinados, exclusivamente, ao aparelhamento da Defensoria Pública e à capacitação profissional de seus membros e servidores;

XXII – convocar audiências públicas para discutir matérias relacionadas às suas funções institucionais.”

1.6. Estrutura organizacional

A sua Estrutura Organizacional:

I – ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR:

- a) Defensoria Pública Geral do Estado;
- b) Subdefensoria Pública Geral do Estado;
- c) Conselho Superior da Defensoria Pública Geral do Estado;
- d) Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado;
- e) Subcorregedoria-Geral;

II – ÓRGÃOS DE GERÊNCIA SUPERIOR:

Secretaria Executiva (SEXEC);

III – ÓRGÃOS DE ACESSORAMENTO:

- a) Assessoria Jurídica (ASJUR);
- b) Assessoria de Desenvolvimento Institucional (ADINS);
- c) Assessoria de Estágio (AEST);
- d) Assessoria de Relacionamento Institucional (ARINS);
- e) Assessoria de Planejamento e Controle (ASPLAC);
- f) Assessoria de Relacionamento e Atendimento ao Cidadão (ARC);
- g) Assessoria de Projetos (ASPRO);
- h) Assessoria dos Tribunais Superiores (ASTS);
- i) Assessoria de Inovação (ASIN);

IV – ÓRGÃOS AUXILIARES:

- a) Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Ceará (OGDP);
- b) Controladoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Ceará (CGDP);
- c) Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Ceará (ESDP):
 - c.1. Centro de Estudos Jurídicos e Aperfeiçoamento Funcional;
- d) Gabinete de Segurança Institucional;

V – ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA:

- a) Coordenadoria das Defensorias Públicas da Capital (CDC):
 - a.1. Subcentral do Psicossocial (SUBPSICO);

- b) Coordenadoria das Defensorias Públicas do Interior (CDI):
 - b.1. SubCentrais do Interior (SUBCDI);

VI – ÓRGÃOS DE APOIO ADMINISTRATIVO:

- a) Secretaria de Administração:
 - a.1. Gerência de Licitações;
 - a.2. Gerência de Terceirização;
 - a.3. Gerência de Patrimônio e Almoxarifado;
 - a.4. Gerência de Contratos e Convênios;
 - a.5. Gerência de Transportes e Apoio Logístico;
 - a.6. Gerência de Aquisições;
- b) Secretaria de Finanças:
 - b.1. Gerência de Execução Orçamentária e Financeira;
 - b.2. Gerência de Arrecadação;
 - b.3. Gerência de Contabilidade;
- c) Secretaria de Gestão de Pessoas:
 - c.1. Gerência de Administração de Pessoas;
 - c.2. Gerência de Assistência Previdenciária;
 - c.3. Gerência de Folha de Pagamento;
- d) Secretaria de Tecnologia da Informação:
 - d.1. Gerência de Segurança da Informação;
 - d.2. Gerência de Suporte Técnico;
 - d.3. Gerência de Projetos;
- e) Secretaria de Comunicação:
 - e.1. Gerência de Cerimonial;
- f) Secretaria de Planejamento e Orçamento;
- g) Secretaria de Modernização Administrativa;
- h) Secretaria de Arquitetura, Engenharia e Manutenção;

VII – ÓRGÃOS DE ATUAÇÃO:

- a) Defensorias Públicas do Estado;
- b) Núcleos da Defensoria Pública do Estado:
 - b.1. Núcleo da Central de Relacionamento com o Cidadão;
 - b.2. Núcleos da Defensoria Pública na Capital;
 - b.3. Núcleos da Defensoria Pública no Interior;

VIII – ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO:

- a) Defensores Públicos do Estado

2 Estratégias e Planos de Ação, destacando os objetivos e metas físicas e financeiras estabelecidas nos projetos e atividades

2.1. Metodologia

Dentro dos princípios da continuidade administrativa, da impessoalidade e da eficiência manteve-se como ferramenta de gestão estratégica a metodologia dos “Indicadores Balanceados de Desempenho” (“Balanced Scorecard” - BSC).

O BSC, desenvolvido em 1992 pelos professores da Harvard Business School (HBS) Robert Kaplan e David Norton, desdobra os objetivos estratégicos, a visão e a missão da organização em indicadores de desempenho para monitoramento estratégico.

O BSC é estruturado em perspectivas organizacionais que refletem o equilíbrio entre objetivos de curto e longo prazo, entre medidas financeiras e não-financeiras, entre indicadores de tendências e ocorrências, entre as perspectivas interna e externa de desempenho. Este conjunto abrangente de medidas serve de base para o sistema de medição e gestão estratégica por meio do qual o desempenho organizacional é mensurado de maneira equilibrada sob as quatro perspectivas.

Entretanto, e face as peculiaridades dos serviços prestados pela Defensoria Pública, revisou-se parcialmente a terminologia original das 4 (quatro) perspectivas adotadas pelo BSC, adotando-se as perspectivas:

Usuário e Sociedade (Perspectiva dos Clientes): está intimamente ligada à visão da instituição e a forma com que esta desenvolve relações institucionais com seus usuários e a sociedade em geral. Sua proposta é monitorar a maneira pela qual a instituição entrega o serviço ao usuário e contribui para a sociedade, definindo indicadores de satisfação e trabalhando em cima dos resultados relacionados ao mesmo;

Estruturante (Perspectiva dos Processos Internos): relaciona-se com a identificação de processos críticos para a realização dos objetivos das demais perspectivas. No presente planejamento foca-se nos processos necessários a plena estruturação dos serviços prestados, em especial a implementação da autonomia, a expansão dos serviços prestados e o aprimoramento da eficiência das práticas administrativas adotadas;

Desenvolvimento Institucional (Perspectiva do Aprendizado e Crescimento):

consiste no desenvolvimento de objetivos e medidas para garantir o desenvolvimento institucional da Defensoria Pública, em especial para o cumprimento da obrigação constitucional de ampliação do acesso à justiça. Liga-se diretamente ao investimento em recursos humanos, sistemas, equipamentos, infraestrutura e capacitação e formação profissional dos seus membros e colaboradores;

Orçamentária (Perspectiva Financeira):

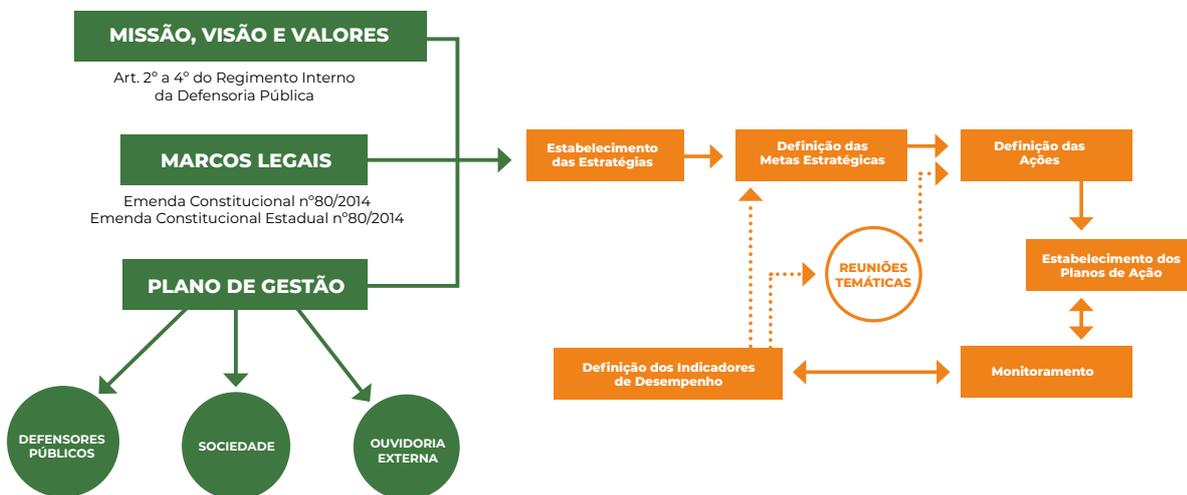
prestigia tanto a aplicação eficiente e transparente dos recursos financeiros destinados a Defensoria Pública como o incremento das destinações orçamentárias à mesma, de forma a garantir o tratamento isonômico da Defensoria Pública em relação às demais instituições do sistema de justiça.

As perspectivas acima encontram-se inter-relacionadas, estabelecendo-se estratégias, ações e indicadores que assegurem o atingimento dos objetivos traçados.

Conforme orienta o BSC, as estratégias, ações e indicadores foram agrupados, em uma relação de causa e efeito com as perspectivas, em um Mapa Estratégico correlacionado com a Missão, Visão e Valores da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Por fim detalha-se as metas, os resultados esperados, os indicadores de desempenho, os prazos de execução e os responsáveis em uma Matriz de Projetos, Metas e Indicadores.

Apresenta-se o fluxo de trabalho utilizado para a elaboração do presente plano de atuação.



O resultado final desenvolvido foi o conjunto de Estratégias, Metas, Ações ou Projetos, Planos de Ação e Indicadores que densificaram o presente Plano de Atuação.

2.2. Plano de Atuação

O grande desafio para o presente Plano de Atuação foi a compatibilização entre a Identidade Organizacional da Defensoria Pública do Estado do Ceará (está definida e normatizada pelos artigos 2º ao 4º do Regime Interno da Defensoria Pública do Estado do Ceará), os marcos legais constitucionais (os quais impõe um extenso rol de obrigações à instituição, em particular a expansão de seus serviços como forma de ampliação do acesso à justiça) e o Plano de Gestão construído pela Defensora Pública Geral do Estado por ocasião de seu processo de escolha em conjunto com os demais membros da carreira, sociedade civil e ouvidoria externa.

Em um primeiro momento cortejou-se os marcos legais constitucionais com a própria Identidade Organizacional da Instituição, verificando a necessidade ou não de alguma redefinição desta última face as novas obrigações constitucionais (em especial a autonomia plena e a necessidade de provimento de serviços a todas as unidades jurisdicionais).

Após verificar-se que a plena compatibilidade da atual Identidade Organizacional com as novas obrigações constitucionais, e em consonância com a mesma, o Plano de Gestão retromencionado foi utilizado para a concepção das Estratégias, Ações ou Projetos, Metas e Indicadores apresentadas no presente Plano Geral de Atuação.

Deste ponto insurgiu a necessidade de, face as peculiaridades dos serviços prestados pela Defensoria Pública bem como os novos desafios trazidos pelas Emendas Constitucionais citadas, revisar parcialmente a terminologia original das 4 (quatro) perspectivas adotadas pelo modelo BSC.



Remodelando-se estas perspectivas organizacionais, as estratégias e metas foram desenvolvidas

conforme as diretrizes essenciais do Plano de Gestão, gerando-se então o Mapa Estratégico da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Por último, e para a concretização de cada estratégia, concebeu-se ações operacionais a esta associada. Cada ação, por sua vez, possui indicadores de desempenho, prazos de execução e responsáveis; sendo a mesma detalhada através de um plano de ação e o cronograma a este associado

2.3. Identidade Organizacional

A Identidade Organizacional da Defensoria Pública do Estado do Ceará, definida nos artigos 2º ao 4º de seu Regimento Interno, refletindo-se em três aspectos:

Missão: é, em essência, o propósito da organização;

Visão: é a direção ou caminho que a instituição pretende percorrer, ou ainda, é o local que a instituição pretende alcançar dentro da sociedade;

Valores: são os princípios comportamentais que a instituição e os seus membros devem adotar no cotidiano de atuação.

Em nome da unidade deste Plano de Atuação, detalha-se a Identidade Organizacional da Defensoria Pública do Estado do Ceará:

MISSÃO (art. 2º, RI DPGE)	Promover a assistência jurídica integral e gratuita a todos os necessitados, prestando serviço público eficiente e eficaz.
VISÃO (art. 3º, RI DPGE)	Consolidar-se como instituição de excelência, reconhecida e valorizada por toda a sociedade como essencial ao sistema de justiça.
VALORES (art. 4º, RI DPGE)	<p>Legalidade, Impessoalidade e Moralidade: obedecer aos princípios constitucionais regentes da Administração Pública, notadamente ao que concerne ao zelo pelo interesse público, pela probidade e pela moralidade administrativas;</p> <p>Eficiência e Eficácia: prestar serviço em grau de excelência à população, buscando cumprir seus objetivos institucionais, de forma plena e efetiva;</p> <p>Transparência e Publicidade: praticar os atos com visibilidade, aprimorando os canais de comunicação;</p> <p>Cooperação: trabalhar em equipe, compartilhando responsabilidades e resultados;</p> <p>Ética: agir com integridade e higidez moral em todas as ações e relações institucionais;</p> <p>Responsabilidade Socioambiental: adotar padrões de responsabilidade socioambiental nas ações cotidianas;</p> <p>Inovação: permanente processo de reinvenção das rotinas de trabalho para otimizar os recursos disponíveis;</p> <p>Modernização: adotar modelos de gestão administrativos atuais para alcançar a missão institucional.</p>

Fonte: Planejamento Estratégico 2024-2025

2.4. Estratégias

As estratégias concebidas para o biênio 2024-2025 além de orientarem a Defensoria Pública do Estado do Ceará no cumprimento de sua Missão, buscarão também direcionar a instituição para o cumprimento das obrigações constitucionais trazidas pelas emendas constitucionais já retromencionadas, em especial a implementação da plena autonomia e o amplo acesso à justiça.

Organizou-se as estratégias segundo interconexões de causa e efeito destas com a Missão e Visão da Defensoria Pública do Estado do Ceará, resultando ao final na confecção do Mapa Estratégico do presente plano.

Houve, em relação aos planejamento anteriores, uma racionalização da quantidade de estratégias adotadas, gerando tanto uma maior eficiência no entendimento do planejamento como uma potencialização da sinergia entre as ações associadas.

Criou-se uma simbologia própria para cada estratégia, que refletiu-se na composição da Matriz de Ações, Metas e Indicadores, criando-se desta forma uma clara correlação entre a estratégia e a ação planejada.

Destaca-se ainda que, assim como nos demais biênios contemplados pelo plano de atuação, a Perspectiva Orçamentária (perspectiva financeira) consubstancia-se no pilar central para a execução do planejamento adotado; perpassando todas as demais perspectivas e sendo condição lógica básica das mesmas.

Apresenta-se a seguir o Mapa Estratégico concebido para o Plano de Atuação 2024-2025:

MISSÃO		VISÃO		
Promover a assistência jurídica integral e gratuita a todos os necessitados, prestando serviço público eficiente e eficaz		Consolidar-se como instituição de excelência, reconhecida e valorizada por toda a sociedade como essencial ao Sistema de Justiça		
USUÁRIO E SOCIEDADE	US1	US2	US3	
	Atender com eficiência, eficácia e qualidade	Estimular a participação popular na gestão da instituição	Aprimorar a transparência administrativa	
ESTRUTURANTE	ES1	ES2	ES3	
	Desenvolver estruturas próprias ao exercício da autonomia financeira e administrativa	Ampliar as estruturas das unidades localizadas no interior	Incrementar o parque tecnológico e os sistemas legados	
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	DI1	DI2	DI3	
	Expandir a presença da DPGE nas unidades Jurídicas	Fomentar a capacitação contínua de membros e colaboradores	Dinamizar a comunicação interna	
ORÇAMENTÁRIA	OR1	OR2	OR3	
	Utilizar de forma eficiente os recursos alocados	Exercitar a autonomia financeira na gestão e elaboração do Orçamento	Desonerar o custeio da instituição oriundo de fonte própria	

2.5. Matriz de Projetos, Metas e Indicadores

Do Mapa Estratégico montado extraiu-se as 65 (sessenta e cinco) Ações ou Projetos que implementarão as estratégias concebidas. Frisa-se que muitas ações ou projetos tem caráter transversal, ou seja, sua realização impacta uma ou mais das estratégias elaboradas.

Por sua vez cada Ação ou Projeto encontra-se associado a um Plano de Ação, o qual detalha as etapas e atividades a serem desenvolvidas, as metas, os resultados esperados, os indicadores de desempenho, os prazos de execução e os responsáveis pela ação. Por fim o conjunto destas informações é utilizado no monitoramento do Plano de Atuação.

Destaca-se ainda a racionalização dos indicadores de desempenho, os quais foram agrupados em categorias segundo a forma de cálculo dos mesmos; procedimento este que geram uma melhor compreensão do seu funcionamento e portanto otimizando os processos de monitoramento.

Ademais, e considerando a transversalidade das Ações ou Projetos com as Estratégias, criou-se indicadores de desempenho para cada Estratégia considerando-se a intensidade do impacto de cada Ação ou Projeto para a estratégia considerada.

Por fim criou-se um indicativo de desempenho para cada perspectiva considerada no Plano de Atuação, este resultante na média dos indicadores de desempenho das Estratégias associadas a cada perspectiva.

MATRIZ DE INDICADORES E MONITORAMENTO DOS PROJETOS PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DPGE 2024-2025

N	PROJETO	RESP.	IND	META	ESTRATÉGIA	% EXEC.
1	Concluir o projeto de virtualização dos processos administrativos	ADINS	IEC	Efetivar a utilização de Sistema de Virtualização do Processos Administrativos	OR1 US3 US1	100%
2	Aperfeiçoar o sistema de Folha de Pagamento	ADINS	IEC	Implantar melhorias no sistema de Folha de Pagamento	ES1 OR2	82%
3	Adequar os sistemas da Defensoria a LGPD	ADINS	IEC	Adotar as melhorias sugeridas por empresa especializada	ES3	100%
4	Unificar os Sistemas Integra e Nossa Defensoria	ADINS	IEC	Implantar novo Sistema de Integração na Defensoria	DI3 ES3 US3	25%
5	Fomentar a gestão dos colaboradores da Defensoria	ADINS	ICO	Implantar Sistema de Gestão de Colaboradores	ES3 OR1	100%

6	Adoção de nova Carteira Funcional Digital para os Defensores(as)	ADINS	ICO	Disponibilizar nova Carteira Funcional Digital para os Defensores	US1 ES1	100%
7	Implementação de arquivo único e guarda dos processos legados da Defensoria	SEXEC	IEC	Implantar novo Arquivo e guardar dos processos físicos	OR1 US1	67%
8	Implementação do Relatório Automatizado dos Estagiários	ARINS	ICO	Implantar o Relatório Automatizado dos Estagiários	US2 US1	100%
9	Ampliar a figura do mediador comunitário para fomento da política de solução extrajudicial de conflitos com a participação direta da comunidade;	ARINS	IPE	Aumentar o quantitativo de mediadores comunitários	US2 US1	100%
10	Propor a criação do Grupo de Trabalho para Defesa das Populações Tradicionais	ARINS	IEC	Implantar o Grupo de Trabalho para Defesa das Populações Tradicionais	US2 US1	0%
11	Contribuir para a ação interiorizada da Ouvidoria Externa, com vistas a facilitar o diálogo da sociedade civil com a Defensoria Pública em todas as comarcas em que estiver instalada e sedimentar a importância de Instituição para a comunidade	ARINS	IEC	Fortalecer a Ouvidoria Externa em seu atendimento no interior do Estado	US2 US1	100%
12	Fomentar a Capacitação para diversificar e ampliar a participação de defensores públicos em entrevistas, programas de televisão, rádio e outros meios de comunicação	ASCOM	ICO	Capacitação para os Defensores(as) em Comunicação Externa	DI2 DI3	100%
13	Ampliar o número de novas sedes Defensoriais no interior do Estado do Ceará	ASPLAC	IEC	Disponibilizar defensores para auxiliar na área criminal	DI1	50%
14	Ampliar e aprimorar a estrutura dos órgãos de atuação dos defensores do segundo grau	ASPLAC	IEC	Realizar melhorias na infraestrutura do Núcleo do 2º Grau	US1	67%
15	Avançar na ampliação e modernização das sedes próprias da Defensoria	ASPLAC	IEC	Ampliar, modernizar e reformar os Núcleos da Defensoria	US1	50%
16	Aproximar o Defensor Público do CONSUP, garantindo ampla e absoluta publicidade das deliberações e decisões	ASPLAC	IEC	Publicização das deliberações do CONSUP	US3	67%
17	Virtualização do Processos do CONSUP com possibilidade de acesso direto aos Defensores	ASPLAC	IEC	Efetivar a virtualização dos Processo do CONSUP em novo sistema de processo virtual	US3	0%
18	Elaborar projetos para futuras instalações da Central de Atendimento dos Defensores Públicos	ASPLAC	ICO	Elaborar projetos arquitetônicos da Nova Central de Atendimento dos Defensores Públicos	ES2 DI1	0%

19	Implantação de Econúcleos no Interior do Estado através de formalização de Convênios	ASPLAC	IEC	Inauguração de Econúcleos no Interior do Estado	DI1 ES2	25%
20	Criação de setor para elaboração de Plantas e Memoriais Descritivos para subsidiar as Ações de Usucapião na Capital	ASPLAC	ICO	Implantar o setor para elaboração de Plantas e Memoriais Descritivos para subsidiar as Ações de Usucapião na Capital	US1	100%
21	Criar Laboratório de Inovação destinado à concepção e implantação de soluções inovadoras no âmbito da DPGE-CE	ASPRO	ICO	Implantar o Laboratório de Inovação	OR1 US1	100%
22	Fomentar ações de sustentabilidade e de preservação do meio ambiente no âmbito interno da Defensoria Pública	ASPRO	IEC	Implantação de coleta seletiva ou utilização de energias renováveis na sede da Defensoria Pública do Estado do Ceará e/ou interlocução com cooperativa de catadores da região	OR1	0%
23	Ampliar o atendimento jurídico prestado para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes	ASPRO	ICO	Disponibilizar atendimento Defensorial no Escritório Popular da Juventude através de Convênio com a UFC e Secretaria da Juventude	US1 US2	100%
24	Ampliar a atuação da Defensoria Pública no combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres na Capital e no Interior do Estado	ASPRO	IEC	Disponibilizar Defensor(a) nas novas Casas da Mulher Cearense e Brasileira	US1 DI1	80%
25	Aperfeiçoar e aumentar a assistência jurídica prestada pela Defensoria Pública à população em situação de rua	ASPRO	IEC	Realizar 06 atendimentos itinerantes na Capital e região metropolitana	DI1 US1	100%
26	Monitorar e buscar editais abertos pelos governos federal, estadual e municipal para o financiamento de projetos, além de buscar a captação de recursos e o desenvolvimento de parcerias para melhorar a atuação defensorial e as condições das pessoas em situação de vulnerabilidade	ASPRO	IEC	Captar recursos convênios/parcerias com o Governo Municipal, Estadual e Federal	OR3 OR2	75%
27	Ampliar a divulgação de ações, projetos, atuações e práticas exitosas realizados pelos Defensores Públicos da Capital e do Interior do Estado	ASPRO	IEC	Implantar ações de apoio em Projetos Inovadores na Defensoria Pública (Inscrições no INOVARE)	DI2	0%

28	Ampliar a utilização do aplicativo de agendamento, desburocratizando e humanizando o acesso do assistido à Defensoria Pública, fazendo com que o assistido somente se desloque no dia já agendado para atendimento com o Defensor Público	ASREC	IEC	Aumentar o quantitativo de adesões ao uso do aplicativo	US1 ES3	38%
29	Capacitação semestral da equipe do 129, identificando equívocos de informações e/ou encaminhamentos, evitando o deslocamento desnecessário do assistido.	ASREC	IEC	Realizar capacitações semestrais	DI2	50%
30	Aumentar a quantidade de colaboradores na equipe do 129, promovendo a divulgação dos serviços da Defensoria Pública do Estado do Ceará, evitando o deslocamento desnecessário do assistido	ASREC	IEC	Contratar mais colaboradores para a equipe do 129	US1	0%
31	Criação de “passo a passo”, através do Direito Visual, a ser entregue para o assistido após a interposição da inicial, explicando como acompanhar o seu processo com o Defensor Público, contendo informações sobre as formas de agendamento e atendimento do núcleo da Defensoria Pública que será responsável para acompanhar o processo	ASREC	IEC	Aprimorar técnicas de informação de como o assistido possa acompanhar o seu processo após interposição inicial	US1	25%
32	Aplicar a Linguagem Simples (movimento social e técnica de comunicação que torna o conteúdo acessível para o maior número de pessoas) e Direito Visual (“Visual law” – transformação da informação jurídica em algo mais acessível) no site da Defensoria Pública do Estado do Ceará, facilitando a compreensão da informação ao assistido	ASREC	IEC	Aplicação da Linguagem Simples e Direito Visual no Site da Defensoria Pública do Estado do Ceará e na indicação de documentação necessária para interposição de ações judiciais	ES3 US3	33%
33	Aprimorar os mecanismos de escolha e acompanhamento das atividades cumulativas, a fim de evitar que sejam exercidas em prejuízo da atividade ordinária	CDC/CDI	ICO	Implantar nova metodologia de escolha e acompanhamento das atividades cumulativas	ORI DI1	100%
34	Ampliar a atuação da Defensoria no interior com a abertura de Defensorias em novas Comarcas	CDC/CDI	IEC	Ampliar a interiorização da Defensoria Pública	DI1 US1	78%
35	Criar fluxo de acompanhamento informatizado de projetos, reuniões e demais atividades da Coordenadoria das Defensorias do Interior	CDC/CDI	IEC	Implantar Sistema de Gestão de Atividades para o CDC/CDI	ES3 US3	80%
36	Ampliar o Orçamento da Defensoria	DPGE	IEC	Aumentar os Orçamentos da Defensoria nos anos 2024 e 2025	OR2	50%
37	Fomentar a arrecadação do FAADEP	DPGE	IEC	Implantar o Setor de Arrecadação	ORI	100%

38	Ampliar o quadro de apoio administrativo	DPGE	IEC	Aumentar o efetivo de profissionais contratados na área administrativa e aumentar disponibilidade de cargos comissionados para área administrativa	OR3	100%
39	Realizar desoneração do FAADEP, com ampliação da transferência de despesas para o Tesouro	DPGE	ICO	Aumentar o orçamento de custeio da Defensoria na Fonte Tesouro	OR2	0%
40	Incluir na lei o pagamento de atividade cumulativa nas substituições automáticas	DPGE	IEC	Publicar alteração da Lei referente ao pagamento de atividade cumulativa nas substituições automáticas	US3 OR1	0%
41	Implantar a Lei de Acervo de Produtividade	DPGE	IEC	Publicar a Lei para o Acervo de Produtividade	OR2	0%
42	Nomear mais Defensores Públicos para o fortalecimento da interiorização da Defensoria Pública	DPGE	IEC	Nomear Defensores Públicos para lotação nos municípios do interior do Estado Ceará	DI1 US1	67%
43	Atualizar constantemente o auxílio saúde para avançar ainda mais na política de atenção à saúde	DPGE	ICO	Atualizar o valor financeiro do Auxílio Saúde para Defensores/ Servidores	OR2	0%
44	Ampliar e fortalecer a equipe psicossocial, sobretudo para os núcleos especializados	DPGE	IEC	Realizar a contratação de Psicólogas e Assistentes Sociais	US1 DI1	33%
45	Aumentar o número de Assessores para o desenvolvimento das atividades defensorias	DPGE	IPE	Disponibilizar mais Assessores para o desenvolvimento das atividades defensorias	US1 DI1	100%
46	Aumentar a quantidade dos Defensores Auxiliares especializados em Violência Doméstica familiar contra a mulher, Família e Crime no interior do Estado do Ceará	DPGE	IEC	Aumentar a quantidade dos auxiliares especializados em Família, Violência Doméstica familiar contra a mulher e Crime	DI1 US1	50%
47	Ofertar mais serviços à população através da disponibilização de novas atividades Cumulativas	DPGE	IEC	Aumentar a quantidade de serviços disponíveis a população	DI1 US1	67%
48	Avançar com a criação dos cargos de defensores de segundo grau para manter a correspondência constitucional	DPGE	ICO	Criar novos cargos de Defensor 2º Grau	OR2	100%
49	Avançar com a expansão do intercâmbio de projetos e experiências exitosas entre as defensorias públicas	ESDP	IEC	Implantar e disseminar banco de projetos exitosos	DI2 DI3	50%
50	Regulamentar e criar grupos de trabalho para pesquisa e atuação coordenada, em casos de grande repercussão, principalmente, e em temáticas específicas que envolvam mais de um município	ESDP	IEC	Implantar grupo de trabalho para pesquisa e atuação coordenada.	US1	50%

51	Consolidar os projetos de resgate histórico institucional, como o Memória Viva, e fomentar novos projetos para a conservação da história da Defensoria	ESDP	IEC	Consolidar os projetos de resgate histórico institucional	DI2 DI3	0%
52	Desenvolver plataforma de jurimetria, com mapeamento das decisões judiciais e precedentes	ESDP	IEC	Implantar Plataforma de Jurimetria	ES3	100%
53	Implantação do Comitê de Precedentes	ESDP	IEC	Implantar o Comitê de Precedentes	US2	100%
54	Disponibilizar nova estrutura dos Cursos de Formação	ESDP	IEC	Implantar a estrutura do Curso de Formação, estruturando metodologicamente o Curso de Preparação Inicial, a Formação Continuada e o Projeto Social	DI2	100%
55	Realizar o Projeto Defensoras Populares parceria com o Ministério da Justiça e a UNILAB	ESDP	IEC	Implantar o Projeto Defensoras Populares	US2 DI1	33%
56	Reestruturar o Concurso de Teses e/ou Práticas	ESDP	IEC	Implantar o Concurso de Teses e/ou Práticas, em anos alternados(Em 2024 e 2025)	DI2	0%
57	Ampliar o Núcleo de Pesquisa	ESDP	IEC	Ampliar à atuação do Núcleo de Pesquisa e a repercussão prática dos resultados	DI2	0%
58	Realizar encontros Regionais Defensoriais	ESDP	IEC	Realizar 06 encontros Regionais Defensoriais	DI3 DI2	0%
59	Ampliar o programa de estagiários de graduação e pós-graduação	NUEST	IPE	Aumentar o quantitativo de estagiários de graduação e pósgraduação	DI1	96%
60	Elaborar o Projeto de Lei sobre a Regulamentação do Programa de Estágio não obrigatório de graduação e pósgraduação no âmbito da Defensoria Pública	NUEST	IEC	Envio de Projeto de Lei da Regulamentação do Programa de Estágio	OR2	63%
61	Ampliação de cursos de capacitação para os estagiários, sendo disponibilizados na plataforma EAD da Escola Superior	NUEST	IEC	Ampliar cursos na Plataforma EAD/ESDP	DI2	50%
62	Implementação do Relatório automatizado dos Estagiários	NUEST	IEC	Implantar o Relatório Automatizado dos Estagiários de Graduação e Pós-Graduação	ES3 US3	50%
63	Desenvolver uma política interna que possibilite a garantia da segurança pessoal de defensores, colaboradores e estagiários, principalmente, em núcleos temáticos sensíveis da capital e do interior do estado	SEXEC	IEC	Implantar Política interna de Segurança Pessoal na Defensoria Pública	ES1	100%

64	Fortalecer ainda mais a comunicação interna, alinhando fluxos com o objetivo de garantir maior eficiência;	SEXEC	IEC	Disponibilizar novo regramento dos Fluxos Administrativos	DI3	83%
65	Renovar a Frota de Veículos da Defensoria	SEXEC	IEC	Disponibilizar nova Frota de Veículos	OR1	40%
Percentual médio de execução						58,03%

Fonte: Planejamento Estratégico 2024-2025 e DASHBOARD de Dezembro de 2024

SIGLAS:

ADINS - Assessoria de Desenvolvimento Institucional

ARINS - Assessoria de Relacionamento Institucional

ASCOM - Assessoria de Comunicação

ASJUR – Assessoria Jurídica

ASPLAC - Assessoria de Planejamento e Controle

CDC - Coordenadoria das Defensoria da Capital

CDI - Coordenadoria das Defensorias do Interior

COTIN - Coordenadoria de Tecnologia da Informação

DPGE - Defensoria Pública Geral do Estado

ESDP - Escola Superior da Defensoria Pública

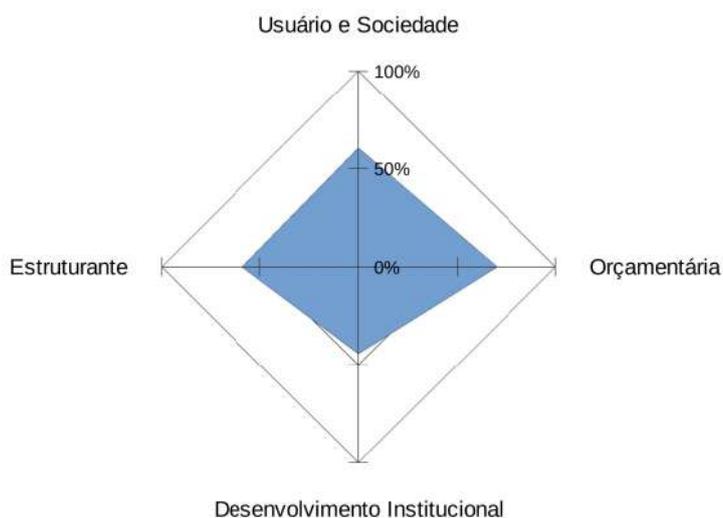
NUEST - Núcleo de Estágio

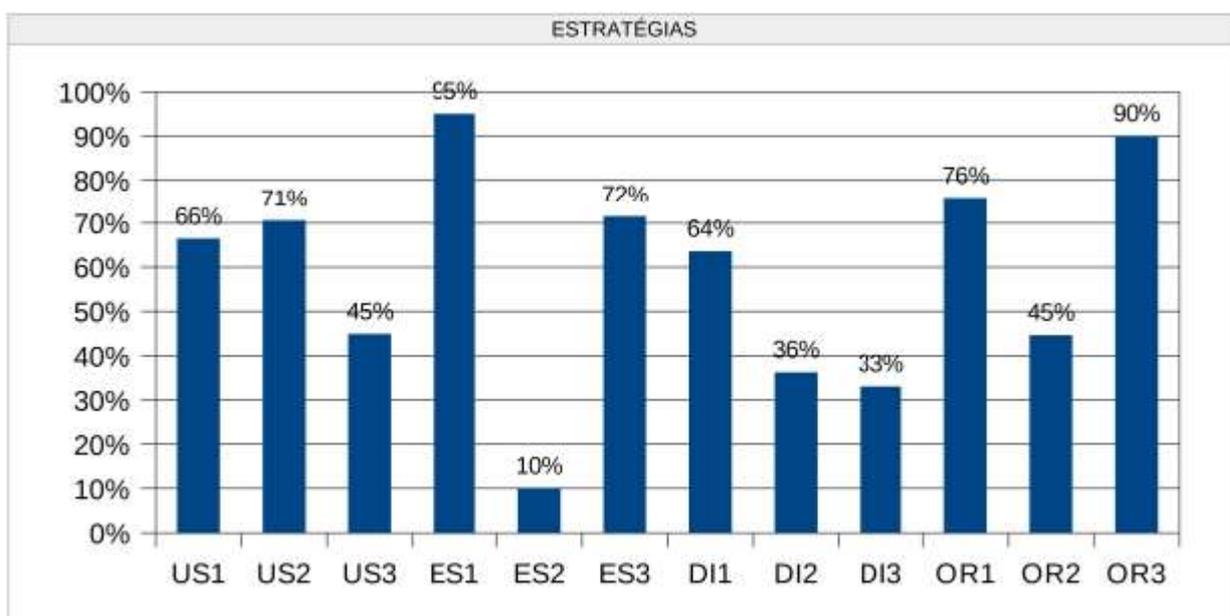
ICO - Índice de Conclusão Objetiva

IEC - Índice de Etapa Concluída

IPE - Índice Percentual

De acordo com o desenvolvimento dos projetos é realizado um acompanhamento das perspectivas do BalancedScoreCard (BSC):





2.6. Orçamento Participativo



2.6.1. Apresentação

O 9º ciclo do Orçamento Participativo da Defensoria Pública do Estado do Ceará de 2024 foi deveras desafiador porque, tendo em vista a ciclicidade das escolhas dos municípios que representam cada macrorregião do Ceará, assim como a necessidade dos movimentos sociais (sobretudo de localidades em luta contra empreendimentos que impactam o meio ambiente)

e, ainda, levando em conta o Projeto de Atuação da Defensoria (Amar Defensoria – um mar de direitos) que prioriza as comunidades litorâneas, estivemos acolhendo e ouvindo as demandas de povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, pesqueiras, marisqueiras) com maior cuidado e compromisso.

Importante salientar que, em 2024, seguindo a metodologia de processos anteriores, a primeira fase do Orçamento Participativo da Defensoria Pública, qual seja a consulta pública (que aconteceu entre os dias 22 de janeiro a 26 de fevereiro em link hospedado no site da Defensoria), obteve 793 manifestações, superando o número de manifestações do ano anterior.

Após a elaboração do formulário com 26 propostas retiradas e reiteradas em consulta pública, deu-se a fase, talvez a mais rica, de realização das audiências públicas. Menciona-se que a riqueza e a efetividade desse momento de plenária é que, além da eleição das propostas a serem priorizadas pela instituição para o próximo ciclo orçamentário, outras são indicadas e podem, considerando o impacto de custo, serem efetivadas ainda no orçamento vigente. Um exemplo disso é o Projeto Mutirão Transforma que desde 2022 vem acontecendo por força da reivindicação dos movimentos organizados presentes nas audiências públicas.

Este ano, além da realização da 3ª edição do Projeto Mutirão Transforma (com entrega de 198 certidões de registro civil retificadas), outras atividades serão realizadas por conta dessa voz generosa que é propiciada pelo OP da Defensoria. Temos como indicativo de atividade para o segundo semestre, a realização de um seminário para discutir os conflitos territoriais, socioambientais e empreendimentos que impactam o meio ambiente, na região do Litoral Leste e Vale do Jaguaribe, assim como realização do Mutirão Transforma na Região de Itapipoca.

Este ano o ciclo iniciou com a audiência pública da Região do Sertão de Sobral, Litoral Oeste e Serra da Ibiapaba, em Itapipoca, e contou com a participação de 81 pessoas, sobretudo comunidades rurais, indígenas, povos de terreiro e comunidade LGBTQIAPN+, que se manifestaram contra os grandes empreendimentos que impactam a comunidade, direitos humanos, direito à retificação de nome e gênero, dentre outras questões.

Em seguida foi realizada a audiência pública da Região do Cariri e Centro Sul, no salão de atos da Universidade Regional do Cariri – URCA, Crato/CE, com a presença de 117 participantes, notadamente povos de comunidades indígenas, quilombolas, movimentos sociais (LGBTQIA+, negro e sindical). A pauta se deu no fortalecimento da atuação da Defensoria e na garantia que a instituição possa atender mais próximo a localidades de difícil acesso. Importante mencionar que se reforçou o pedido para a realização do 3º Mutirão Transforma.

A terceira audiência aconteceu no auditório do Centro Vocacional Tecnológico – CVT, em Fortim, com 81 participantes. Foi um momento de muitas denúncias de violências contra lideranças e lutadores por conta de conflitos de terra e um pedido, com brevidade, que sejam discutidas as questões dos empreendimentos socioambientais e que sejam defendidas e ouvidas as pessoas das comunidades impactadas.

A quarta audiência aconteceu na sede da Secretaria do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, em Quixeramobim, estiveram presentes 102 pessoas. Foi um momento de intervenções que trouxeram a história de luta das lideranças da região e da necessidade de que a Defensoria se desloque para os municípios mais distantes dos núcleos da Defensoria.

A quinta audiência aconteceu na Região do Sertão de Inhamuns/Crateús, no auditório da Escola Estadual de Educação Profissional Monsenhor Luís Ximenes Freire, em Santa Quitéria e a maior pauta levantada foi a violação dos direitos socioambientais, sobretudo com relação à exploração de minérios, estiveram nesse momento 79 pessoas.

A sexta e última audiência pública aconteceu para a Região Metropolitana de Fortaleza, no Anfiteatro do Grêmio de Recreio e Estudos de Caucaia, com uma participação representativa de vários movimentos sociais (51 pessoas presentes) e dentre as maiores reivindicações estavam a garantia do direito à saúde, à mobilidade urbana, o enfrentamento à violência contra mulheres dos direitos da população LGBTQIA+ e a questão da falta de segurança pública.

2.6.2 Escolha das prioridades a partir das propostas do Formulário

O Formulário construído a partir das demandas apresentadas na Consulta Pública, com a contribuição de 793 pessoas que responderam virtualmente, continha 26 propostas que versaram, principalmente, sobre reestruturação, ampliação, agilidade e humanização do atendimento defensorial, além de demandas específicas de instalações de núcleos no interior do estado, interiorização da atuação especializada e fortalecimento de projetos de efetivação de direitos para segmentos mais vulnerabilizados, melhoria na acessibilidade e comunicação institucional da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Cada participante escolhia até 10 propostas prioritárias. Na compilação final, apresentamos abaixo as propostas mais votadas:

1) PROPOSTA NÚMERO 1: Expandir a atuação da Defensoria Pública para o interior do Estado, aumentando o número de defensoras e defensores públicos no Estado do Ceará, nomeando, assim, os aprovados no último concurso, cumprindo o que preceitua a Emenda Constitucional nº 80/2014.

2) PROPOSTA NÚMERO 6: Fortalecer o Projeto Defensoria em Movimento, ampliando sua atuação para o interior do Estado;

3) PROPOSTA NÚMERO 4: Designar Defensor(a) para atuação do Núcleo da Defensoria Pública localizado na Casa da Criança, bem como implantar equipe psicossocial para atendimento das crianças em situação de violência e seus familiares;

4) PROPOSTA NÚMERO 3: Designar mais defensores para atuar na defesa da saúde em Fortaleza e no interior do Estado do Ceará;

5) PROPOSTA NÚMERO 24: Garantir atendimento da Defensoria Pública do Estado para as populações rurais;

6) PROPOSTA NÚMERO 18: Criação de núcleo especializado de enfrentamento ao racismo, homofobia, transfobia, etc...;

7) PROPOSTA NÚMERO 9: Melhorar a acessibilidade dos espaços da Defensoria, garantindo interprete de libras, disponibilidade de abafadores e sala de acolhimento/ organização sensorial para pessoas com TEA;

8) PROPOSTA NÚMERO 25: Fortalecimento e ampliação do núcleo de atendimento ao idoso;

9) PROPOSTA NÚMERO 11: Fortalecer o Programa Visibilizar (de contratação e permanência de pessoas trans e travestis), de modo a ampliar as vagas de trabalho;

10) PROPOSTA NÚMERO 15: Ampliar o número de senhas e horário de atendimentos nos núcleos da Defensoria Pública, sobretudo nos núcleos localizados no interior do Estado do Ceará;

11) PROPOSTA NÚMERO 5: Garantir, em mediação com o poder público, mais rotas de transporte coletivo para facilitar o deslocamento dos(as) assistidos(as) para os núcleos da Defensoria Pública;

12) PROPOSTA NÚMERO 10: Fortalecer o projeto “Mutirão Transforma” para que, por força de lei, seja uma política pública permanente, facilitando o acesso a direitos das pessoas trans e travestis, notadamente a retificação de nome e gênero;

13) PROPOSTA NÚMERO 20: Garantir melhoria de infraestrutura para os Núcleos da Defensoria Pública que se localizam no interior do Estado do Ceará;

14) PROPOSTA NÚMERO 13: Ampliar o número de Defensores(as) para atendimento nas unidades prisionais do Estado do Ceará, bem como garantir a escuta e encaminhamento das denúncias de tortura recebidas por ocasião dos atendimentos;

15) PROPOSTA NÚMERO 7: Ampliar o número de colaboradores(as)/servidores(as) para qualificar o atendimento, bem como capacitar, periodicamente o pessoal responsável pela triagem (seja de modo presencial ou remoto);

16) PROPOSTA NÚMERO 22: Ampliar o atendimento do Núcleo de Atendimento a Infância e Juventude – NADIJ e garantir equipe psicossocial;

17) PROPOSTA NÚMERO 8: Ampliar e Fortalecer o Programa de Mediação Comunitária, garantindo o aumento anual da bolsa para mediadores e capacitação permanente;

18) PROPOSTA NÚMERO 19: Promover capacitações permanentes nas temáticas de letramento racial, enfrentamento ao racismo, machismo, homofobia e transfobia para colaboradores(as) e servidores(as), de modo a garantir melhor qualidade no acolhimento dessas demandas;

19) PROPOSTA NÚMERO 17: Melhoria e ampliação dos canais de atendimento aos assistidos(as) para que possa, com agilidade saber número de processo e demais desdobramentos do seu atendimento;

20) PROPOSTA NÚMERO 23: Ampliar os plantões de finais de semana para os núcleos da Defensoria Pública no interior do Estado do Ceará;

21) PROPOSTA NÚMERO 14: Ampliar o número de mutirões para assistidos(as) que estão nas unidades prisionais, bem como ampliar o número de inspeções no sistema carcerário, encaminhando para apuração de irregularidades, quando houver;

22) PROPOSTA NÚMERO 21: Garantir o reajuste da bolsa-auxílio dos estagiários de pós-graduação, considerando o art. 11 da Instrução Normativa nº 101/21.

23) PROPOSTA NÚMERO 16: Garantir a descentralização da Defensoria Pública para que tenha núcleos nas regionais da cidade de Fortaleza;

24) PROPOSTA NÚMERO 2: Criar o Núcleo e Defesa à Saúde na Comarca de Sobral;

25) PROPOSTA NÚMERO 26: Implementar os Núcleos de Preso Provisório e Execução Penal na região do Cariri;

26) PROPOSTA NÚMERO 12: Mudança de endereço das sedes do NUAPP e NUDEP, tendo em vista estar localizado numa rua de difícil acesso e insegura;

2.6.3. Da realização das audiências públicas

A oitiva da sociedade civil, dos movimentos e lideranças comunitárias de modo direto e presencial foi um momento de suma importância. Isso porque, cada vez mais, oportunizando a voz que é facultada em audiência, as pessoas credenciam a Defensoria Pública do Estado do Ceará como porta-voz e mediadora junto ao Poder Público, assim como propõem políticas públicas, ações e atividades para efetivação de seus direitos a serem implantadas pela instituição.

3 Recursos orçamentários e financeiros, indicando suas fontes, recursos patrimoniais, infraestrutura e quadro de pessoal

3.1. Fontes

As fontes existentes no orçamento de 2024 da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará são:

a) 1.500 – Recursos não vinculados de impostos: Responsável pelas despesas de pessoal e alguns investimentos;

b) 2.500 – Recursos não vinculados de impostos: Suplementada com o objetivo de complementar com as despesas de pessoal e custeio da Defensoria Pública;

c) 1.700 – Convênios com Órgãos Federais: Recursos oriundos de convênios com Órgãos Federais

d) 2.700 – Convênios com Órgãos Federais: Recursos suplementados oriundos de convênios com Órgãos Federais

e) 1.754 – Operações de Crédito Internas – Tesouro/BNDES: Operação de crédito cuja assinatura do contrato de financiamento foi no dia 28 de setembro de 2018.

f) 2.754 – Operações de Crédito Internas – Tesouro/BNDES: Operação de crédito cuja assinatura do contrato de financiamento foi no dia 28 de setembro de 2018.

Tabela 2 - QUADRO DE FONTES

Cód.	Descrição	Lei	Lei+Crédito (L)	Empenhado (E)	% E/L
1.500.9100000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	288.509.953,00	290.909.732,19	290.687.912,52	99,92
1.700.2200082	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	291.473,00	291.473,00	0,00	0,00

1.754.3210045	OPERAÇÕES DE CRÉDITOS INTERNAS – TESOURO/BNDES	2.335.482,00	2.335.482,00	600.467,25	25,71
2.500.9100000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	0,00	15.500,00	15.350,95	99,04
2.700.2200082	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	0,00	138.087,00	137.903,77	99,87
2.754.3210045	OPERAÇÕES DE CRÉDITOS INTERNAS – TESOURO/BNDES	0,00	156.568,68	98.396,00	62,85

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250225155404\[4kanwosc3r322scaaeujhvvk\]](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250225155404[4kanwosc3r322scaaeujhvvk]).

PDFem 25/02/2025 às 14:16

3.2. Recursos patrimoniais

Tabela 3 - RECURSOS PATRIMONIAIS

Descrição	Balço Patrimonial em Dez/2024
BENS MÓVEIS	37.383.976,94
BENS IMÓVEIS	41.626.743,95
DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	- 864.353,07
INTANGÍVEL	150.252,69
Valor Total	78.296.620,51

Fonte: <https://www.defensoria.ce.def.br/portal-da-transparencia/execucao-orcamentaria/balanco/>

3.3. Infraestrutura

No ano de 2024, a Defensoria Pública continuou a expandir sua presença e aprimorar sua infraestrutura, inaugurando novos núcleos de atendimento e realizando melhorias e reformas em unidades já existentes. Essas ações têm como objetivo garantir a excelência na prestação de serviços à sociedade cearense, assegurando que a população tenha acesso a um atendimento de qualidade. A Sede Administrativa também passou por melhorias significativas, visando uma gestão mais eficiente e moderna.

Dentre as principais realizações nessa área no ano de 2024, destacam-se:

- Inauguração de novos núcleos de atendimento em regiões estratégicas, ampliando o acesso à assistência jurídica gratuita.
- Reformas e modernização de unidades já existentes, proporcionando ambientes mais adequados e funcionais para o atendimento ao público.
- Melhorias na Sede Administrativa, incluindo a implementação de tecnologias e processos que otimizam a gestão e a operação da instituição.

Essas iniciativas reforçam o compromisso da Defensoria Pública em oferecer um serviço de excelência, cada vez mais próximo e acessível à população cearense.

INAUGURAÇÕES DPGE 2024

Núcleo de Ipu - 07/02/24

Localizada na Travessa Manoel Dias, 956, no centro da cidade, a nova sede tornou-se realidade graças a uma parceria estratégica entre a DPGE e a Faculdade de Educação da Ibiapaba (FAEDI). Anteriormente, os atendimentos à população eram realizados no fórum local, mas agora, a comunidade de Ipu tem acesso a um espaço mais adequado e acessível para buscar assistência jurídica.



Instituto da Primeira Infância – IPREDE - 22/04/24

Em parceria com o Instituto Primeira Infância (Iprede), o projeto Pipa pode beneficiar mensalmente até 600 crianças e adolescentes com autismo e outras neuro divergências. Por conta dessa cooperação entre as entidades, a DPGE passa a ter uma sala para atendimentos exclusivos desse público na sede do Iprede, em Fortaleza. Localizado na Rua Professor Carlos Lobo, nº 15 - Cidade dos Funcionários.



Núcleo de Horizonte - 28/05/24

O novo espaço fica localizado no centro da cidade, na rua Juvenal de Castro, 477. Antes, o atendimento à população era realizado no Fórum da cidade, em uma sala pequena, que dificultava a escuta individualizada dos casos. Hoje, defensores e defensoras estão em uma nova estrutura, com 196,22 m² de área total construída, dividida em três gabinetes, sala de mediação, uma sala para atendimento e espera interna e externa, copa e serviços e WCs.



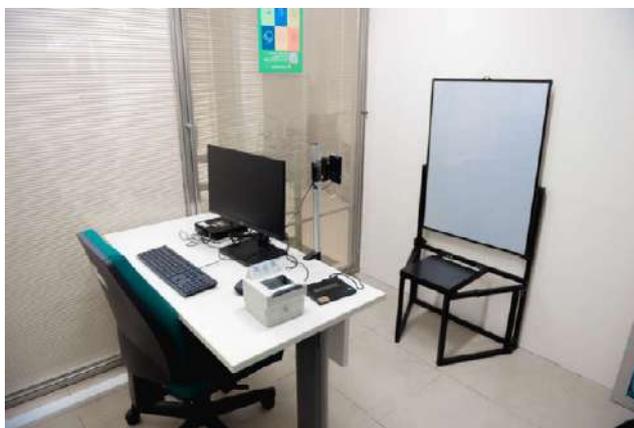
Núcleo de Atendimento Extrajudicial de Conflitos (NUSOL) de Sobral - 15/05/24

A inauguração do NUSOL em Sobral é um marco por ser a primeira unidade destinada ao serviço para o interior do Estado, dando à solução extrajudicial (mediação e conciliação) uma atenção ainda maior, uma parceria com a Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, localizado na Av. Padre Francisco Sadoc de Araújo, nº 850 - Campus da Betânia – Sobral/CE, espaço cedido pela UVA.



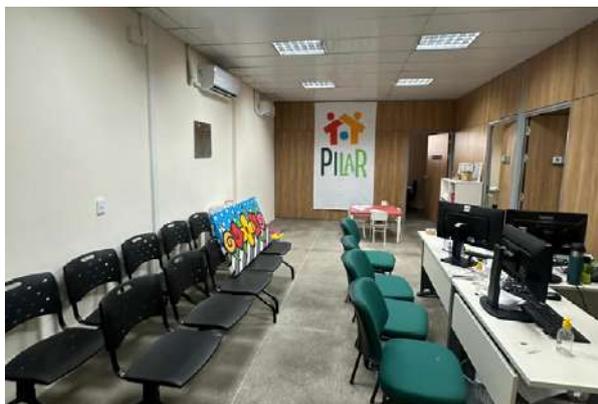
Polo de Atendimento da PEFOCE na Defensoria Pública (Sede) - 21/11/24

A inauguração dessa parceira permite que a população possa emitir a Carteira de Identidade Nacional (CIN) diretamente na sede da Defensoria Pública, em Fortaleza.



Projeto Pilar (NADIJ) - 21/11/24

O Projeto Pilar – Amparo no Resgate da Convivência Familiar, trata-se de um olhar mais cuidadoso aos laços familiares das crianças e adolescentes que estão nas unidades de acolhimento de Fortaleza e que podem retornar ao seio familiar. A inauguração do espaço ocorreu na sede do Núcleo de Atendimento da Infância e Juventude (NADIJ), localizado no Bairro Cidade dos Funcionários.



REFORMAS E MELHORIAS DPGE 2024

Escola Superior / Estágio

Melhoria do espaço destinado à Escola Superior e ao Estágio, com salas reservadas para a coordenação.



Recepção do Gabinete

A melhoria e readequação da recepção do Gabinete, com a criação de uma sala privativa para as secretarias, visando maior conforto, organização e privacidade nos atendimentos.



Coberta do Estacionamento da Sede

Com o objetivo de garantir maior conforto, segurança e durabilidade, realizamos a renovação completa dos toldos da cobertura do estacionamento da nossa sede. Os materiais antigos, que já apresentavam desgaste natural devido ao tempo e às intempéries, foram substituídos por estruturas de alta qualidade, mais resistentes e eficientes.



Drenagem 2º Grau

Para garantir um ambiente mais seguro e funcional, realizamos a reforma do sistema de drenagem no Núcleo de 2º Grau, com o ajuste do caimento do piso. A intervenção corrigiu pontos onde a água acumulava, evitando possíveis poças e desconfortos.



Paisagismo do jardim da Sede

Melhorias no paisagismo de nossa Sede, realizadas para valorizar nosso ambiente institucional e proporcionar um espaço mais agradável para colaboradores e visitantes.



Recepção e triagem do Núcleo de Itaitinga

Com o objetivo de oferecer um ambiente mais acolhedor, funcional e seguro para colaboradores e usuários, concluímos a reforma completa da Recepção e Triagem do Núcleo de Itaitinga.



Gradil do Núcleo da Cidade dos Funcionários

Visando reforçar a segurança e a estética do espaço, realizamos a substituição do gradil do Núcleo da Cidade dos Funcionários. A estrutura antiga, que apresentava desgaste natural ao longo do tempo, foi totalmente renovada com materiais duráveis e de alta qualidade.



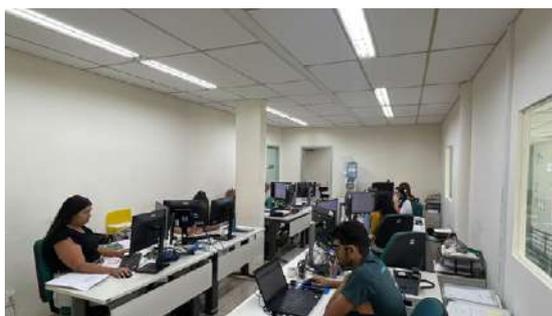
Triagem dos Juizados Especiais do Núcleo da Cidade dos Funcionários

Esta importante melhoria foi realizada para oferecer: Melhor fluxo de atendimento, Adequação às normas, A obra faz parte do nosso compromisso contínuo com a eficiência e a qualidade no atendimento ao cidadão.



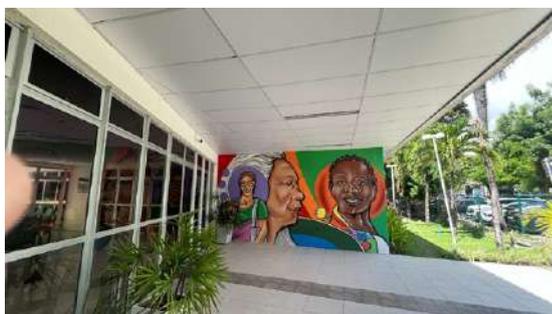
Adequação dos espaços das Centrais das Defensorias Capital e Interior e Assessoria de Relacionamento ao Cidadão na Sede da Defensoria

Com o objetivo de otimizar nossos espaços institucionais, concluímos as obras de adequação, modernização e Layout redesenhado para melhor fluxo de trabalho das salas do CDC, CDI e ARC em nossa Sede.



Forro da Entrada Principal da Sede

Melhoria substituição completa do forro da entrada principal de nossa Sede Administrativa. Esta importante melhoria foi realizada para garantir nosso compromisso contínuo com a manutenção e melhoria dos espaços institucionais.



3.4. Quadro de pessoal

Tabela 4 – QUADRO DE PESSOAL

Situação Funcional		Número de Servidores / Colaboradores
Defensores Públicos Ativos	(a)*	366
Defensores Públicos Inativos	(b)*	81
Total de Defensores Públicos	(a+b)	447
Servidores Administrativos	(a)*	4
Servidores de Outros Órgãos (Cargo Comissionado)	(b)*	1
Servidores (Exclusivamente Cargo Comissionados)	(c)*	116
Servidores Inativos	(d)*	2
Total de Servidores	(a+b+c+d)	123
Prestação de Serviço Terceirizado (LAR ANTÔNIO DE PÁDUA)	(a)**	200
Prestação de Serviço Terceirizado (NORTH)	(b)**	25
Prestação de serviço Terceirizado (EUROSERV)	(c)**	312
Prestação de serviço Terceirizado (SOLUÇÃO)	(d)**	55
Prestação de serviço Terceirizado (MULTIPLA)	(e)**	6
Prestação de serviço Terceirizado (COMSERV)	(f)**	14
Estagiários Nível Pós Graduação	(g)*	167
Estagiários Nível Superior (Universitários)	(h)*	254
Bolsistas Nível Médio (Projeto Primeiro Passo)	(i)*	92
Total – Prestação de Serviço e Estagiários	(a+b+c+d+e+f+g+h+i)	1.125
Total Geral		1.695

Fonte: *SEGEPE em 25/03/2025 **GETER em 05/03/2025

Outros Serviços de Terceiros:

Empresas Prestadoras de Serviço Administrativo (Lar Antônio de Pádua, North Serviços de Segurança EIRELI, Euroserv Business & Negócios Terceirizados LTDA, Solução Serviços e Comércio e Construção LTDA, Multipla Serviços LTDA e Comserv Serviços e Engenharia EIRELI).

b) Estagiários (Nível Superior e Pós Graduação)

c) Bolsistas (Nível Médio - Projeto Primeiro Passo)

4 Execução de programas de governo, projetos e atividades privilegiando os resultados alcançados, com indicação dos recursos orçamentários e financeiros utilizados

4.1. Execução dos programas de governo

Tabela 5 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Cód.	Descrição	Lei+Crédito (L)	Empenhado(E)	% E/L
194	PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	274.600.074,87	272.296.499,25	99,16
421	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	19.246.768,00	19.243.531,24	99,98
Total		293.846.842,87	291.540.030,49	99,21

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reI_20250226141335\[ur3o533ogq54jfl2lk2wt drp\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reI_20250226141335[ur3o533ogq54jfl2lk2wt drp].PDF) em 26/02/2025 às 14:13

Tabela 6 – RECURSOS FINANCEIROS NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Cód.	Descrição	Empenhado(E)	Pago (P)	% P/E
194	PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	272.296.499,25	267.010.783,32	98,05
421	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	19.243.531,24	16.586.805,23	86,19
Total		291.540.030,49	283.597.588,55	97,27

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reI_20250226141335\[ur3o533ogq54jfl2lk2wt drp\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reI_20250226141335[ur3o533ogq54jfl2lk2wt drp].PDF) em 26/02/2025 às 14:13

421 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ

O programa “Programa 421 – Gestão Administrativa do Ceará” é executado por dois órgãos: a “Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará” e o “Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará”.

Tabela 7 – VISÃO GERAL DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA 421

Órgão	Prog.	Cód.	Descrição	Lei+Crédito (L)	Empenhado(E)	% E/L
060000	421	1.500.9100000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	19.246.768,00	19.243.531,24	99,98
Total				19.246.768,00	19.243.531,24	99,98

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250226150142\[ur3o533ogq54jfl2lk2wtldr\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250226150142[ur3o533ogq54jfl2lk2wtldr].PDF) em 26/02/2025 às 15:01

194 – PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA

Tabela 8 – VISÃO GERAL DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA 511

Órgão	Prog.	Cód.	Descrição	Lei+Crédito (L)	Empenhado(E)	% E/L
060000	194	1.500.9100000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	271.662.964,19	271.444.381,28	99,92
060000	194	1.700.2200082	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	291.473,00	0,00	0,00
060000	194	1.754.3210045	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOIRO/BNDES	2.335.482,00	600.467,25	25,71
060000	194	2.500.9100000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	15.500,00	15.350,95	99,04
060000	194	2.700.2200082	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	138.087,00	137.903,77	99,87
060000	194	2.754.3210045	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOIRO/BNDES	156.568,68	98.396,00	62,85
Total				274.600.074,87	272.296.499,25	99,16

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250226150142\[ur3o533ogq54jfl2lk2wtldr\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250226150142[ur3o533ogq54jfl2lk2wtldr].PDF) em 26/02/2025 às 15:01

4.2. Execução dos projetos e atividades

421 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ

Tabela 9 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 421

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Lei + Crédito (L)	Empenhado (E)	% Execução (E/L)
421	10154	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - DPGE	65.537,00	65.536,02	100,00
421	10263	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - DPGE.	0,00	0,00	0,00
421	10388	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - DPGE	0,00	0,00	0,00
421	10503	REALIZAÇÃO DE OBRAS DE REFORMA OU AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA ADMINISTRATIVA - DPGE.	0,00	0,00	0,00
421	20134	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - DPGE.	9.901.231,00	9.901.230,00	100,00
421	20256	MANUTENÇÃO DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - DPGE.	0,00	0,00	0,00
421	20478	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS - DPGE	9.280.000,00	9.276.765,22	99,97
Total			19.246.768,00	19.243.531,24	99,98

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20250226163331\[ur3o533ogq54jfl2lk2wtldr\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20250226163331[ur3o533ogq54jfl2lk2wtldr].PDF) em 26/02/2025 às 16:40

Tabela 10 – RECURSOS FINANCEIROS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 421

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Empenhado (E)	Pago (P)	% (P/E)
421	10154	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - DPGE	65.536,02	0,00	0,00
421	10263	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - DPGE.	0,00	0,00	0,00

421	10388	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - DPGE	0,00	0,00	0,00
421	10503	REALIZAÇÃO DE OBRAS DE REFORMA OU AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA ADMINISTRATIVA - DPGE.	0,00	0,00	0,00
421	20134	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - DPGE.	9.901.230,00	7.310.040,01	73,82
421	20256	MANUTENÇÃO DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - DPGE.	0,00	0,00	0,00
421	20478	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS - DPGE	9.276.765,22	9.276.765,22	100,00
Total			19.243.531,24	16.586.805,23	86,19

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20250226163331\[ur3o533ogq54jfl2lk2wtldr\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20250226163331[ur3o533ogq54jfl2lk2wtldr].PDF)
em 26/02/2025 às 16:40

194 – PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA

Tabela 11 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 194

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Lei + Crédito (L)	Empenhado (E)	% Execução (E/L)
194	11017	REALIZAÇÃO DE OBRAS E INSTALAÇÕES (PMAE - COMP. I).	300.000,00	0,00	0,00
194	11018	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MONTAGENS E INSTALAÇÕES (PMAE – COMPII)	1.119.568,68	176.503,25	15,77
194	11021	DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE (PMAE- COMP V)	1.052.482,00	522.360,00	49,63
194	11022	REALIZAÇÃO DE CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PMAE - COMP III)	10.000,00	0,00	0,00
194	11023	REALIZAÇÃO DE CONSULTORIA EM RECURSOS HUMANOS (PMAE – COMP IV)	10.000,00	0,00	0,00
194	11034	FORTALECIMENTO DO ATENDIMENTO JURÍDICO E PSICOSSOCIAL DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE E SEUS FAMILIARES	391.074,00	99.600,00	25,47

194	11726	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ATENDIMENTO JURÍDICO	2.488.332,19	2.488.332,19	100,00
194	11727	PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA E PSICOSSOCIAL ESPECIALIZADA AS VÍTIMAS E FAMILIARES DE VÍTIMAS DE CRIMES GRAVES CONTRA A PESSOA	85.899,00	85.566,74	99,61
194	11730	ESTRUTURAÇÃO E MELHORIA TECNOLÓGICA DOS NÚCLEOS E UNIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA	984.896,00	984.895,68	100,00
194	11731	ESTRUTURAÇÃO E MELHORIA FÍSICA DOS NÚCLEOS E UNIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA.	1.825.000,00	1.824.728,31	99,99
194	20685	PROMOÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, INTEGRAL E GRATUITA	4.227.745,00	4.222.778,10	99,88
194	20722	PROMOÇÃO DA OFERTA ITINERANTE DE ASSISTÊNCIA JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL, INTEGRAL E GRATUITA.	432.000,00	432.000,00	100,00
194	20734	PAGAMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS – FOLHA NORMAL.	261.642.678,00	261.439.385,33	99,92
194	20735	PAGAMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS – FOLHA COMPLEMENTAR	30.400,00	20.349,65	66,94
Total			274.600.074,87	272.296.499,25	99,16

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reI_20250226163331\[ur3o533ogq54jfl2lk2wtldr\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reI_20250226163331[ur3o533ogq54jfl2lk2wtldr].PDF) em 26/02/2025 às 16:40

Tabela 12 – RECURSOS FINANCEIROS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 194

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Empenhado (E)	Pago (P)	% (P/E)
194	11017	REALIZAÇÃO DE OBRAS E INSTALAÇÕES (PMAE - COMP. I).	0,00	0,00	0,00
194	11018	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MONTAGENS E INSTALAÇÕES (PMAE – COMP II)	176.503,25	160.881,80	91,15
194	11021	DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE (PMAE- COMP V)	522.360,00	128.893,14	24,68

194	11022	REALIZAÇÃO DE CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PMAE - COMP III)	0,00	0,00	0,00
194	11023	REALIZAÇÃO DE CONSULTORIA EM RECURSOS HUMANOS (PMAE - COMP IV)	0,00	0,00	0,00
194	11034	FORTALECIMENTO DO ATENDIMENTO JURÍDICO E PSICOSSOCIAL DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE E SEUS FAMILIARES	99.600,00	99.600,00	100,00
194	11726	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ATENDIMENTO JURÍDICO	2.488.332,19	85.380,00	3,43
194	11727	PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA E PSICOSSOCIAL ESPECIALIZADA AS VÍTIMAS E FAMILIARES DE VÍTIMAS DE CRIMES GRAVES CONTRA A PESSOA	85.566,74	85.566,74	100,00
194	11730	ESTRUTURAÇÃO E MELHORIA TECNOLÓGICA DOS NÚCLEOS E UNIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA	984.895,68	333.499,68	33,86
194	11731	ESTRUTURAÇÃO E MELHORIA FÍSICA DOS NÚCLEOS E UNIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA.	1.824.728,31	316.194,16	17,33
194	20685	PROMOÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, INTEGRAL E GRATUITA	4.222.778,10	4.222.778,10	100,00
194	20722	PROMOÇÃO DA OFERTA ITINERANTE DE ASSISTÊNCIA JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL, INTEGRAL E GRATUITA.	432.000,00	396.000,00	91,67
194	20734	PAGAMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - FOLHA NORMAL.	261.439.385,33	261.161.640,05	99,89
194	20735	PAGAMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - FOLHA COMPLEMENTAR	20.349,65	20.349,65	100,00
Total			272.296.499,25	267.010.783,32	98,06

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/re_l_20250226163331\[ur3o533ogq54jfl2lk2wtldr\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/re_l_20250226163331[ur3o533ogq54jfl2lk2wtldr].PDF)
em 26/02/2025 às 16:40

5 Indicadores de gestão e de desempenho que permitam aferir a eficiência, eficácia e economicidade das ações

Metas Físicas e Financeiras

A aferição das metas físicas e financeiras, obedecem a verticalização dos instrumentos de planejamento, desde o objetivo estratégico, passando pela ação de governo propriamente dita, programas contemplados, e por fim, os indicadores de resultados.

Portanto, o cumprimento da meta em si, depende muitas vezes de fatores condicionantes que norteiam o sistema estadual de planejamento e nem sempre o planejamento setorial.

5.1. Indicadores de Gestão

QUANTIDADE DE DEFENSORES POR MÊS

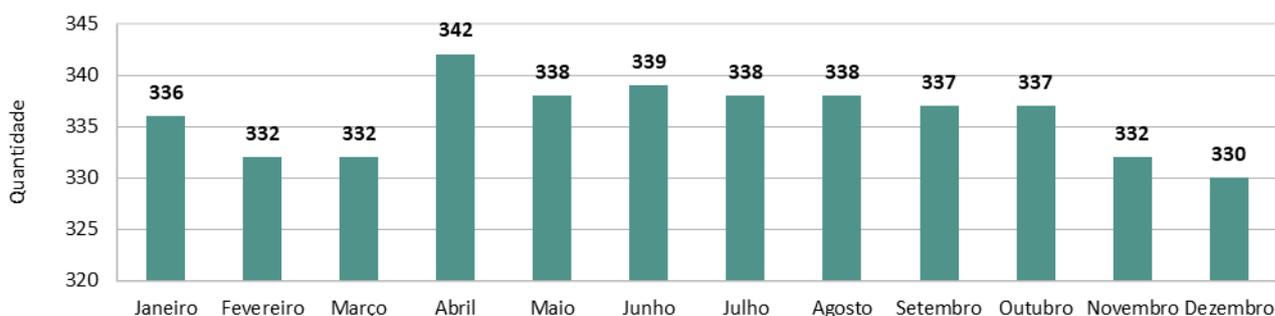


Tabela 13 – QUANTIDADE DE DEFENSORES EM ATIVIDADE-FIM

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Quantidade	336	332	332	342	338	339	338	338	337	337	332	330

Fonte: Dados obtidos através do METABASE (Business Intelligence) e consolidados no sistema Nossa Defensoria em 29/04/2025. Lista de Defensores com atividades no Período de Janeiro á Dezembro de 2024.

Tabela 14 – GESTÃO POR RESULTADOS

ATIVIDADE	NÚCLEO	FONTE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
PROCEDIMENTOS	CAP+INTERIOR	ND + SIC + SIRDP + SOLAR	780.234	757.065	634.526	734.297	835.742	942.368	1.086.743
ACOLHIMENTOS	2º GRAU	ND	0	0	1.561	12.602	6.815	2.603	10.368
ACOLHIMENTOS	ACARAPE	ND	0	0	0	0	0	0	10
ACOLHIMENTOS	ACARAÚ	ND	0	0	242	1.195	231	39	335
ACOLHIMENTOS	ACOLHE	ND	0	96	545	66	576	421	466
ACOLHIMENTOS	ACOIARA	ND	0	0	0	0	0	2	757
ACOLHIMENTOS	ALECE	ND	0	0	0	0	0	3	0
ACOLHIMENTOS	ALO DEFENSORIA	ND	8.315	10.490	16.913	23.856	26.194	32.973	32.616
ACOLHIMENTOS	AMONTADA	ND	0	0	0	0	254	671	1.121
ACOLHIMENTOS	AQUIRAZ	ND	0	0	626	387	30	393	2.230
ACOLHIMENTOS	ARACATI	ND	0	0	1.420	8.252	4.124	2.864	6.731
ACOLHIMENTOS	ARACOIABA	ND	0	0	0	0	0	0	370
ACOLHIMENTOS	AURORA	ND	0	0	0	0	0	0	102
ACOLHIMENTOS	BARBALHA	ND	0	0	264	107	5.741	7.813	9.558
ACOLHIMENTOS	BATURITÉ	ND	0	0	0	0	2.674	2.326	5.884
ACOLHIMENTOS	BEBERIBE	ND	0	0	53	735	311	1.273	1.509
ACOLHIMENTOS	BELA CRUZ	ND	0	0	0	0	0	0	3
ACOLHIMENTOS	BOA VIAGEM	ND	0	0	0	0	288	760	834
ACOLHIMENTOS	BOM JARDIM	ND	0	0	0	0	1.062	2.324	1.692
ACOLHIMENTOS	BREJO SANTO	ND	0	0	0	0	303	399	555
ACOLHIMENTOS	CAMOCIM	ND	0	0	52	26.810	1.608	1.126	3.189
ACOLHIMENTOS	CANINDÉ	ND	0	0	0	0	852	1.827	6.043
ACOLHIMENTOS	CASCVEL	ND	0	0	0	0	0	1.538	3.771
ACOLHIMENTOS	CAUCAIA	ND	19.872	15.334	7.750	16.280	21.672	38.857	55.887
ACOLHIMENTOS	CDC/CDI	ND	0	0	0	0	0	3	72
ACOLHIMENTOS	CEDRO	ND	0	0	0	0	0	99	1
ACOLHIMENTOS	CÍVEL	ND	17.926	17.324	5.506	4.514	23.732	40.155	50.715

ACOLHIMENTOS	CHAVAL	ND	0	0	0	0	616	244	5
ACOLHIMENTOS	CONSUMIDOR	ND	0	0	1.912	1.476	4.402	6.986	7.903
ACOLHIMENTOS	CRATEÚS	ND	0	6	0	8.706	64	14	2.108
ACOLHIMENTOS	CRATO	ND	0	0	6.025	17.258	5.294	10.612	31.040
ACOLHIMENTOS	CRIMINAL	ND	161	565	11.897	0	12.402	12.738	32.823
ACOLHIMENTOS	CJR	ND	0	0	0	0	0	0	45
ACOLHIMENTOS	CRUZ	ND	0	0	0	0	0	0	43
ACOLHIMENTOS	CUSTÓDIA	ND	0	0	0	0	0	0	2
ACOLHIMENTOS	CURADORIAS ESPECIAIS	ND	0	0	0	0	0	0	1.072
ACOLHIMENTOS	DEF EM MOV	OUTROS	0	1.143	0	24.563	0	0	374
ACOLHIMENTOS	DELITOS SOBRE TRÁFICO E USO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES	ND	0	0	0	0	1.829	1.217	368
ACOLHIMENTOS	DELITOS DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS	ND	0	0	0	0	0	0	343
ACOLHIMENTOS	DONA DEDE	DONA DEDE	0	0	16.092	43.674	19.400	19.900	4.868
ACOLHIMENTOS	EXECUÇÃO FISCAL	ND	0	0	0	0	140	212	900
ACOLHIMENTOS	EUSÉBIO	ND	0	0	0	0	0	0	3.130
ACOLHIMENTOS	FAMÍLIA	ND	41.217	39.784	11.646	6.472	56.687	69.393	86.154
ACOLHIMENTOS	FARIAS BRITO	ND	0	0	0	0	0	0	359
ACOLHIMENTOS	FAZENDA PUB	ND	0	0	2.687	104	6.183	5.398	13.908
ACOLHIMENTOS	GRANJA	ND	0	0	0	0	0	0	582
ACOLHIMENTOS	HORIZONTE	ND	0	0	45	2.626	157	383	1.261
ACOLHIMENTOS	IBIAPINA	ND	0	0	0	0	0	0	44
ACOLHIMENTOS	IBICUITINGA	ND	0	0	0	0	0	0	13
ACOLHIMENTOS	ICÓ	ND	0	0	0	0	0	0	1.588
ACOLHIMENTOS	IDOSO	ND + SGA	7.388	7.770	2.148	6.994	5.275	7.198	17.588
ACOLHIMENTOS	IES	ND	0	0	0	0	0	0	2

ACOLHIMENTOS	IGUATU	ND	0	0	882	1.482	5.009	7.207	21.357
ACOLHIMENTOS	INDEPENDÊNCIA	ND	0	0	0	0	0	92	0
ACOLHIMENTOS	IPÚ	ND	0	0	192	10.686	0	0	427
ACOLHIMENTOS	IPUEIRAS	ND	0	0	0	0	0	0	11
ACOLHIMENTOS	ITAITINGA	ND	0	0	0	0	313	449	1.465
ACOLHIMENTOS	ITAPIPOCA	ND	0	0	0	0	0	337	367
ACOLHIMENTOS	ITAREMA	ND	0	0	0	0	0	0	35
ACOLHIMENTOS	JOÃO XXIII	ND	6.560	6.641	7.844	20.795	14.317	18.307	27.571
ACOLHIMENTOS	JUAZEIRO DO NORTE	ND	0	3.562	8.932	2.316	30.850	32.054	44.705
ACOLHIMENTOS	JUIZADOS ESPECIAIS	ND	0	0	849	8.037	10.972	13.206	24.263
ACOLHIMENTOS	JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE FORTALEZA	ND	0	0	0	0	2.248	3.002	4.560
ACOLHIMENTOS	JÚRI	ND	0	0	0	0	911	527	1.393
ACOLHIMENTOS	JUÍZO MILITAR	ND	0	0	0	0	0	0	92
ACOLHIMENTOS	LAVRAS DA MANGABEIRA	ND	0	0	0	0	0	43	1.989
ACOLHIMENTOS	LIMOEIRO DO NORTE	ND	0	0	0	0	0	597	6.689
ACOLHIMENTOS	MARACANAÚ	ND + SGA	7.620	10.084	2.667	1.903	10.077	5.199	13.187
ACOLHIMENTOS	MARANGUAPE	ND	0	1.443	399	301	3.875	4.538	7.007
ACOLHIMENTOS	MARCO	ND	0	0	0	0	0	0	5
ACOLHIMENTOS	MEU PAI TEM NOME	ND	0	0	0	0	0	0	44
ACOLHIMENTOS	MOMBAÇA	ND	0	0	0	0	0	0	283
ACOLHIMENTOS	MORADA NOVA	ND	0	0	45	3.879	0	111	1.134
ACOLHIMENTOS	MUCURIPE	ND	0	216	1.358	3.981	5.892	673	1.109
ACOLHIMENTOS	NADIJ	ND	1.459	1.559	2.613	0	3.855	2.350	7.441
ACOLHIMENTOS	NÃO INFO	-	0	0	12.715	24.641	42.001	60	5.785
ACOLHIMENTOS	NAPI	ND + SGA	47.834	41.621	13.540	0	32.989	37.218	44.064
ACOLHIMENTOS	NDHAC	-	0	0	1.525	3.722	0	1	292

ACOLHIMENTOS	NOVA RUSSAS	ND	0	0	0	0	115	270	406
ACOLHIMENTOS	NUAUX	ND	0	0	0	0	0	0	2.155
ACOLHIMENTOS	NUAJA	ND	0	0	1.043	4.039	3.436	4.154	6.548
ACOLHIMENTOS	NUAPP	SIC	0	0	2.623	0	1.211	658	4.312
ACOLHIMENTOS	NUDECON	-	3.449	3.567	0	8.472	666	6.447	8.530
ACOLHIMENTOS	NUDEM	ND	0	0	3.005	24.061	3.744	4.057	6.183
ACOLHIMENTOS	NUDEP	SIC	15.625	16.619	32.189	23.542	19.156	18.441	32.236
ACOLHIMENTOS	NUDESA	ND + SGA	10.985	11.362	21.702	6.167	37.309	59.487	76.306
ACOLHIMENTOS	NUDESA-NAIS	ND	0	9.350	7.486	8	13.213	23.724	0
ACOLHIMENTOS	NUHAM	ND	0	0	137	5.875	280	381	510
ACOLHIMENTOS	NURDP	ND + SGA	6.086	4.502	2.406	11.812	9.506	8.257	12.710
ACOLHIMENTOS	NUSOL	ND + SGA	5.015	3.867	3.949	0	8.712	10.810	11.708
ACOLHIMENTOS	OFÍCIOS	-	0	663	0	0	0	0	0
ACOLHIMENTOS	ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS	ND	0	0	0	0	520	375	106
ACOLHIMENTOS	OUVIDORIA	-	0	1.946	2.831	1	0	0	6.426
ACOLHIMENTOS	PACAJUS	ND	2.460	2.420	0	684	20	1.561	1.979
ACOLHIMENTOS	PACATUBA	ND	0	0	53	0	444	474	0
ACOLHIMENTOS	PROJETO ACOLHER	ND	0	0	0	0	0	1	0
ACOLHIMENTOS	PROJETO PIPA	ND	0	0	0	0	0	0	983
ACOLHIMENTOS	PSICOSSOCIAL	-	0	2.002	27.206	5.250	2.370	6.803	8.847
ACOLHIMENTOS	QUIXADÁ	ND	0	0	891	353	1.923	1.842	14.218
ACOLHIMENTOS	QUIXERAMOBIM	ND	0	0	194	1.975	0	179	1.901
ACOLHIMENTOS	REDEÇÃO	ND	0	0	0	0	0	560	919
ACOLHIMENTOS	REGISTROS PÚBLICOS	ND	0	0	0	0	0	22	288
ACOLHIMENTOS	RUSSAS	ND	0	0	326	26.225	772	530	5.135
ACOLHIMENTOS	SANTA QUITÉRIA	ND	0	0	0	0	13	3	98
ACOLHIMENTOS	SANTANA DO CARIRI	ND	0	0	0	0	0	39	0
ACOLHIMENTOS	SÃO BENEDITO	ND	0	0	0	0	0	0	128

ACOLHIMENTOS	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	ND	0	0	0	0	0	0	437
ACOLHIMENTOS	SENADOR POMPEU	ND	0	0	0	0	0	72	13
ACOLHIMENTOS	SOBRAL	ND	0	16.226	7.844	1.548	30.233	31.612	42.024
ACOLHIMENTOS	SOBRAL-LAÇOS DE FAM	ND	0	0	1.528	5.429	3.995	3.475	5.126
ACOLHIMENTOS	SOBRAL-NUSOL	ND	0	0	432	0	6.107	0	0
ACOLHIMENTOS	OLONÓPOLE	ND	0	0	0	0	0	0	172
ACOLHIMENTOS	SUCESSÕES	ND	0	0	2.148	0	4.740	8.870	7.730
ACOLHIMENTOS	TABULEIRO DO NORTE	ND	0	0	0	0	0	596	1.042
ACOLHIMENTOS	TAMBORIL	ND	0	0	0	0	0	0	26
ACOLHIMENTOS	TAUÁ	ND	0	0	0	0	13	185	414
ACOLHIMENTOS	TIANGUÁ	ND	0	0	0	0	0	112	1.087
ACOLHIMENTOS	TRAIRI	ND	0	0	0	0	488	503	1.017
ACOLHIMENTOS	TRIBUNAIS SUPERIORES	ND	0	0	0	0	0	0	32
ACOLHIMENTOS	TURMAS RECURSAIS	ND	0	0	0	0	0	0	15
ACOLHIMENTOS	VAPT VUPT	ND	0	0	0	0	0	793	0
ACOLHIMENTOS	VÁRZEA ALEGRE	ND	0	0	0	0	109	302	92
ACOLHIMENTOS	VIÇOSA DO CEARÁ	ND	0	0	0	0	653	1.561	8.004
NPBD – Estimativa do número de pessoas beneficiadas diretamente			982.206	971.001	880.101	1.112.628	1.357.715	1.538.259	1.973.275
NPBI – Estimativa do número de pessoas beneficiadas indiretamente (NPBD * 3,6)			3.535.942	3.495.604	3.168.364	4.005.461	4.887.774	5.537.732	7.103.790

Fonte: Dados obtidos através do METABASE (Business Intelligence) e consolidados no sistema Nossa Defensoria em 29/04/2025. Lista de Defensores com atividades no Período de Janeiro á Dezembro de 2024.

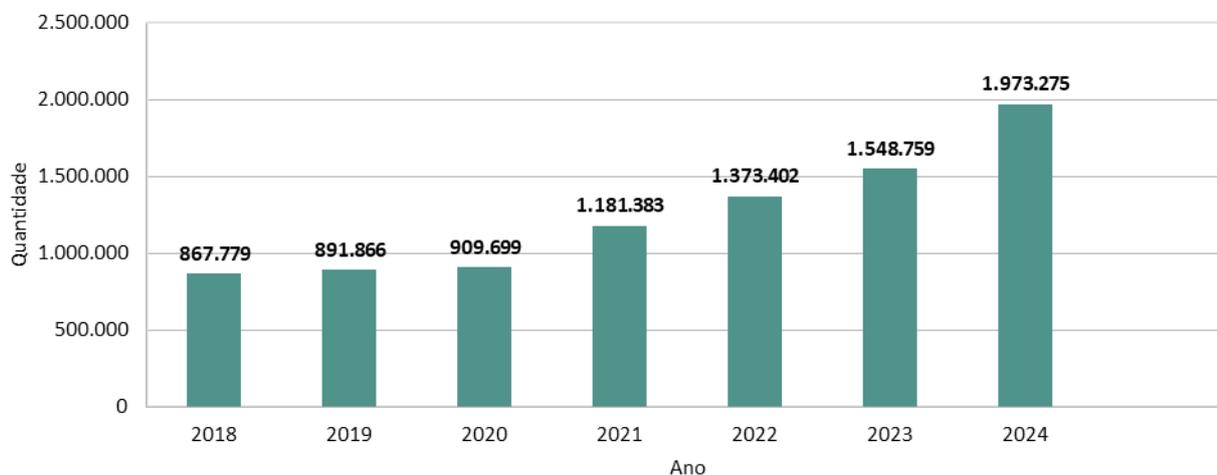
Tabela 15 – INDICADORES DE GESTÃO POR RESULTADOS

INDICADOR	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Número de Pessoas Beneficiadas Diretamente (NPBD)	982.206	971.001	880.101	1.112.628	1.357.715	1.538.259	1.973.275
Número de Pessoas Beneficiadas Indiretamente (NPBD * 3,6)	3.535.942	3.495.604	3.168.364	4.005.461	4.877.774	5.537.732	7.103.790
Média mensal de atendimentos	81.850	82.269	74.455	92.719	113.143	128.188	164.440
Quantidade de defensores na atividade-fim	281	289	313	336	311	313	336
Produtividade média mensal dos Defensores	291	285	238	285	364	410	489
Valor total Pago da Fonte Recursos Ordinários	149.947.344	165.055.003	179.793.512	182.983.191	214.233.207	253.145.467	283.597.589
Custo médio do Atendimento	152,60	167,19	201,23	164,46	157,79	164,57	143,72
População estimada	9.082.071	9.132.858	9.187.886	9.240.580	9.240.580	8.794.957	9.233.656
Habitantes por Defensor	32.311	31.611	29.370	27.502	29.712	28.099	27.481

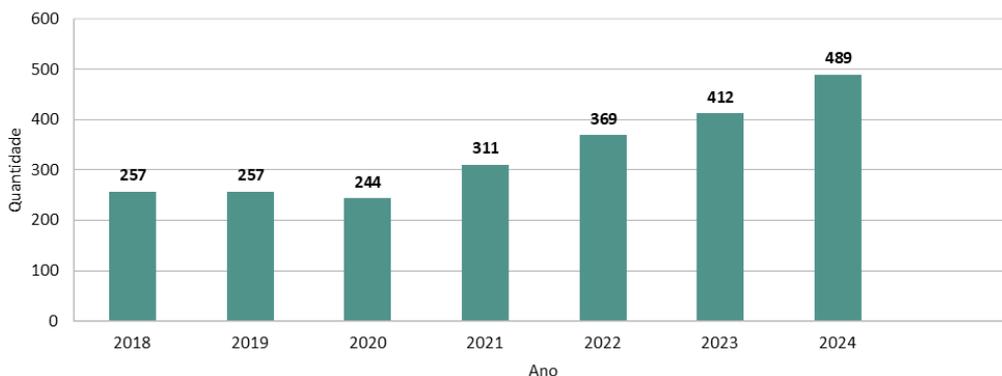
Fontes:

- (1) METABASE (Business Intelligence) calculado pelo sistema Nossa Defensoria;
- (2) Calculado por meio da divisão do Orçamento Total da Fonte Recursos Ordinários pela Quantidade de Defensores na Atividade-Fim;
- (3) Calculado por meio da divisão do número de pessoas beneficiadas diretamente (NPBD) pela quantidade de defensores, e este resultado dividido por 12 meses (Cálculo: $(NPBD/Quant\ Defensores/12)$);
- (4) População estimada do estado do Ceará calculada por meio de regressão linear com base nos dados do IBGE de 2010 (8.452.381) e 2015 (8.904.459) obtidas no endereço: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=ce> em 04/05/2016 às 17:06. Não houve atualização pelo IBGE da população estimada do ano de 2024 até o dia 30.04.2025, <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce.html>;
- (5) Habitantes por Defensor Público calculado pela divisão da População Estimada pela Quantidade de Defensores na Atividade-Fim;
- (6) Calculado por meio da divisão do número de pessoas beneficiadas diretamente (NPBD) dividido por 12 meses (Cálculo: $(NPBD/12)$);
- (7) Dados obtidos por meio do sistema SIOF/SEPLAG (Valor empenhado);

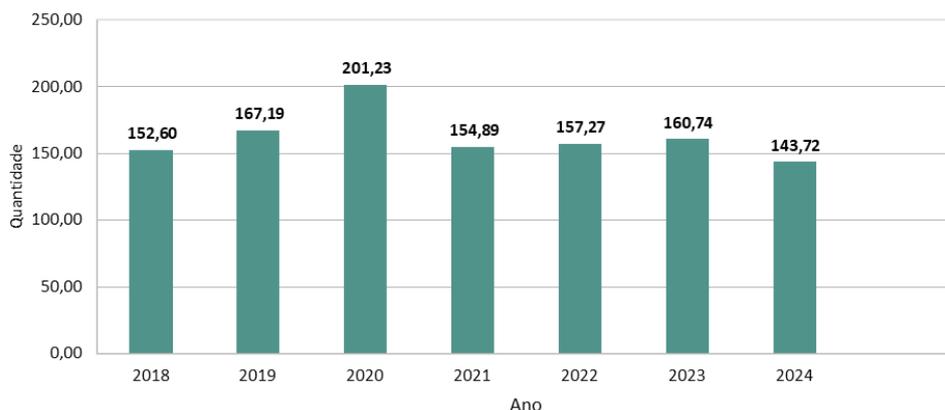
PROCEDIMENTOS POR ANO



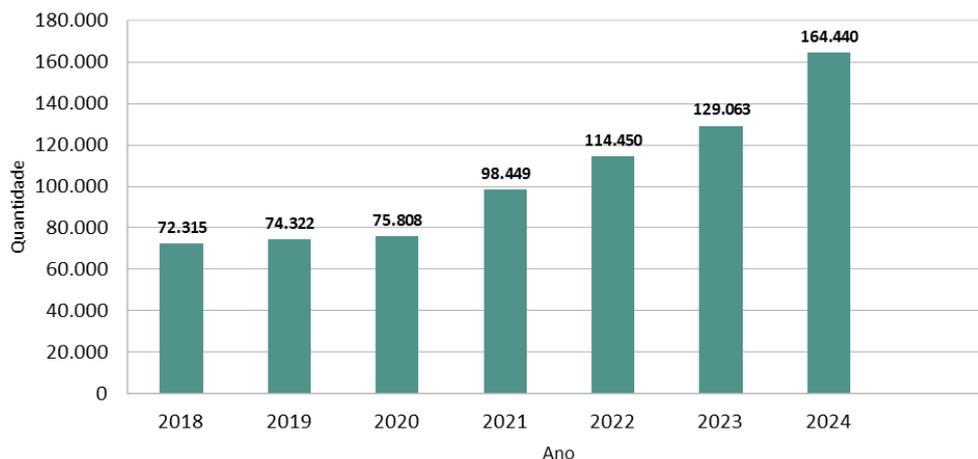
PROCEDIMENTOS POR DEFENSOR PÚBLICO



CUSTO MÉDIO DO PROCEDIMENTO POR ANO



MÉDIA MENSAL DE PROCEDIMENTOS POR ANO



5.2. Indicadores de Desempenho

Indicadores de Eficiência

Nossos Indicadores de Eficiência foram construídos com base nas iniciativas prioritárias constantes no PPA 2024-2027, são elas:

194.1 - Ampliar o acesso gratuito à Justiça.

Entrega: 1893 - SERVIÇO REALIZADO

Execução Física:

Programado	Jan-Abr	Jan-Ago	Jan-Dez
921.035	346.933	754.882	1.086.204

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2024-2027

Execução Financeira:

Ação	Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
20685 - Promoção da Oferta de Serviços de Assistência Judicial e Extrajudicial, Integral e Gratuita - DPGE.	3.956.434,00	4.227.745,00	4.222.778,10	4.222.778,10	99,88	99,88
20734 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais - Folha Normal - DPGE.	264.663.078,00	261.642.678,00	261.439.385,33	261.161.640,05	99,92	99,82
20735 - Pagamento de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais - Folha Complementar - DPGE.	10.000,00	30.400,00	20.349,65	20.349,65	66,94	66,94
Total	268.629.512,00	265.900.823,00	265.682.513,08	265.404.767,80	99,92	99,81

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rei_20250409100822\[gkx5dgfbdpklwd4k1rfpjprw\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rei_20250409100822[gkx5dgfbdpklwd4k1rfpjprw].PDF)
09/04/2025 às 10:08

Entrega: 1914 - ATENDIMENTO REALIZADO

Execução Física:

Programado	Jan-Abr	Jan-Ago	Jan-Dez
800	396	1.152	1.719

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2024-2027

Execução Financeira:

Ação	Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
11034 - Fortalecimento do Atendimento Jurídico e Psicossocial de Mulheres em Situação de Cárcere e seus Familiares - DPGE.	468.868,00	391.074,00	99.600,00	99.600,00	25,47	25,47
11727 - Promoção da Assistência Jurídica e Psicossocial Especializada às Vítimas e Familiares de Vítimas de Crimes Graves Contra a Pessoa - DPGE.	24.815,00	85.899,00	85.566,74	85.566,74	99,61	99,61
Total	493.683,00	476.973,00	185.166,74	185.166,74	38,82	38,82

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rei_20250409100822\[gkx5dgfbdpklwd4k1rfpjprw\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rei_20250409100822[gkx5dgfbdpklwd4k1rfpjprw].PDF)
09/04/2025 às 10:08

Entrega: 1965 - NÚCLEO DE ATENDIMENTO IMPLANTADO

Execução Física:

Programado	Jan-Abr	Jan-Ago	Jan-Dez
5	2	4	8

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2024-2027

Execução Financeira:

Ação	Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
11726 - Implantação de Núcleos de Atendimento Jurídico - DPGE.	100.000,00	2.488.332,19	2.488.332,19	85.380,00	100,00	3,43
Total	100.000,00	2.488.332,19	2.488.332,19	85.380,00	100,00	3,43

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reI_20250409100822\[gkx5dgfbdpkld4k1rfpjprw\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reI_20250409100822[gkx5dgfbdpkld4k1rfpjprw].PDF)
09/04/2025 às 10:08

Entrega: 1966 - AÇÃO REALIZADA

Execução Física:

Programado	Jan-Abr	Jan-Ago	Jan-Dez
10	4	6	15

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2024-2027

Execução Financeira:

Ação	Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
20722 - Promoção da Oferta Itinerante de Assistência Judicial e Extrajudicial, Integral e Gratuita - DPGE.	500.000,00	432.000,00	432.000,00	396.000,00	100,00	91,67
Total	500.000,00	432.000,00	432.000,00	396.000,00	100,00	91,67

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reI_20250409100822\[gkx5dgfbdpkld4k1rfpjprw\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reI_20250409100822[gkx5dgfbdpkld4k1rfpjprw].PDF)
09/04/2025 às 10:08

194.2 - Melhorar a qualidade dos serviços defensoriais prestados à população.

Entrega: 1968 - NÚCLEO DE ATENDIMENTO ESTRUTURADO

Execução Física:

Programado	Jan-Abr	Jan-Ago	Jan-Dez
8	2	7	11

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2024-2027

Execução Financeira:

Ação	Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
11018 - Aquisição de Equipamentos, Montagens e Instalações (PMAE - COMP. II).	983.000,00	1.119.568,68	176.503,25	160.881,80	15,77	14,37
11017 - Realização de Obras e Instalações (PMAE - COMP. I).	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11021 - Desenvolvimento e Implantação de Software (PMAE - COMP. V).	1.052.482,00	1.052.482,00	522.360,00	128.893,14	49,63	12,25
11022 - Realização de Consultoria em Tecnologia da Informação (PMAE - COMP. III).	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11023 - Realização de Consultoria em Recursos Humanos (PMAE - COMP. IV).	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11730 - Estruturação e Melhoria Tecnológica dos Núcleos e Unidades da Defensoria Pública - DPGE.	1.480.000,00	984.896,00	984.895,68	333.499,68	100,00	33,86
11731 - Estruturação e Melhoria Física dos Núcleos e Unidades da Defensoria Pública - DPGE.	1.000.000,00	1.825.000,00	1.824.728,31	316.194,16	99,99	17,33
Total	4.835.482,00	5.301.946,68	3.508.487,24	939.468,78	66,17	17,72

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250409100822\[gkx5dgfbdpklwd4k1rfpjprw\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250409100822[gkx5dgfbdpklwd4k1rfpjprw].PDF)
09/04/2025 às 10:08

Essa medida possui estreita relação com produtividade, ou seja, o quanto se consegue produzir com os meios disponibilizados. Assim, a partir de um padrão ou referencial, a eficiência de um processo será tanto maior quanto mais produtos forem entregues com a mesma quantidade de insumos, ou os mesmos produtos e/ou serviços sejam obtidos com menor quantidade de recursos (MPOG, 2018).

O Indicador de Eficiência mede relações entre quantidade de produto e custo dos insumos ou características do processo, como o tempo de produção (TCU, 2011).

Tabela 16 – INDICADOR DE EFICIÊNCIA COM BASE NAS INICIATIVAS DO PPA

Código	Objetivo Específico PPA 2024– 2027	Entrega do Objetivo Específico	Realizado 2024 (A)	Investimento 2024 (B)	I (R\$/Unid) (B/A)
194.1.1893	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Serviço Realizado	1.086.204	265.682.513,08	244,60
194.1.1914	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Atendimento Realizado	1.719	185.166,74	107,72
194.1.1965	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Núcleo de Atendimento Implantado	8	2.488.332,19	311.041,52
194.1.1966	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Ação Realizada	15	432.000,00	28.800,00
194.2.1968	Melhorar a qualidade dos serviços defensoriais prestados à população.	Núcleo de Atendimento Estruturado	11	3.508.487,24	318.953,39

Nota: Parte das entregas realizadas para estas iniciativas foram executadas com recursos do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará – FAADep.

INDICADORES DE EFICÁCIA

O indicador de eficácia aponta o grau com que um Programa atinge as metas e objetivos planejados, ou seja, uma vez estabelecido o referencial (linha de base) e as metas a serem alcançadas, utiliza-se indicadores de resultado para avaliar se estas foram atingidas ou superadas (MPOG, 2018).

O indicador de Eficácia mede quantidade de produto, alcance metas de entrega de bens e serviços (TCU, 2011).

Tabela 17 – INDICADOR DE EFICÁCIA COM BASE NAS INICIATIVAS DO PPA

Código	Objetivo Específico PPA 2024– 2027	Entrega do Objetivo Específico	Programado 2024 (A)	Realizado 2024 (B)	I (B/A)
194.1.1893	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Serviço Realizado	921.035	1.086.204	1,18
194.1.1914	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Atendimento Realizado	800	1.719	2,15
194.1.1965	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Núcleo de Atendimento Implantado	5	8	1,60
194.1.1966	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Ação Realizada	10	15	1,50
194.2.1968	Melhorar a qualidade dos serviços defensoriais prestados à população.	Núcleo de Atendimento Estruturado	8	11	1,38

INDICADORES DE ECONOMICIDADE

Os indicadores de economicidade medem os gastos envolvidos na obtenção dos insumos (materiais, humanos, financeiros etc.) necessários às ações que produzirão os resultados planejados. Visa a minimizar custos sem comprometer os padrões de qualidade estabelecidos e requer um sistema que estabeleça referenciais de comparação e negociação (MPOG, 2018).

O indicador de economicidade mede o custo dos insumos e os recursos alocados para a atividade (TCU, 2011).

Tabela 18 – INDICADOR DE ECONOMICIDADE COM BASE NAS INICIATIVAS DO PPA

Código	Objetivo Específico PPA 2024– 2027	Entrega do Objetivo Específico	R\$ / Unid. Entregues 2023 (Ia)	R\$ / Unid. Entregues 2024 (I)	% Indic. (I/Ia)
194.1.1893	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Serviço Realizado	238,75	244,60	1,02
194.1.1914	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Atendimento Realizado	2.375,68	107,72	0,05
194.1.1965	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Núcleo de Atendimento Implantado	0,00	311.041,52	0,00
194.1.1966	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Ação Realizada	21.600,00	28.800,00	1,33
194.2.1968	Melhorar a qualidade dos serviços defensoriais prestados à população.	Núcleo de Atendimento Estruturado	533.594,18	318.953,39	0,60

6 Demonstrativo de Fluxo Financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos individualizados, bem como a indicação de contrapartida estadual, se for o caso

No ano de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento N° 15.2.0160.1 – BNDES no valor de R\$ 10.888.888,90 (dez milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais e noventa centavos) e o valor de Contrapartida do Tesouro Estadual de R\$ 4.666.666,10 (quatro milhões e seiscentos e sessenta e seis mil e seiscentos e sessenta e seis reais e dez centavos), totalizando o valor global de R\$ 15.555.555,00 (quinze milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais) no qual é destinado a apoiar a modernização da Administração Geral e Patrimonial da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará.

O Projeto de Modernização da Defensoria tem como objetivo principal a modernização e o aprimoramento contínuo da gestão pública praticada pela Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará (DPGE) e a operacionalização de suas atividades, através de projetos e ações que melhorem o atendimento ao público e permitam maior efetividade e transparência administrativa. Os principais resultados esperados são:

- Fortalecimento da cultura de planejamento;
- Maior nível de transparência administrativa;
- Decisões embasadas no gerenciamento mais eficiente de informações;
- Gestão, integração e guarda, adequadas e seguras, das informações de estratégicas e de negócio;
- Maior qualidade nos processos de negócio, apoio e controle;
- Implantação de uma cultura de gestão dos processos de negócio;
- Fortalecimento da gestão de TIC;
- Renovação do Parque Tecnológico;
- Adequação da infraestrutura tecnológica da Sede e das Unidades da DPGE às melhores práticas de gestão e segurança, de informação e ativos, de acordo com a realidade e representatividade estratégica de cada unidade;
- Unificação e padronização da plataforma tecnológica e do ambiente de desenvolvimento,

para construção e manutenção, de soluções de software;

- Especialização e qualificação da equipe de TIC gerenciada de acordo com as necessidades, objetivos e competências organizacionais.

O Projeto de Modernização encontra-se dividido conforme tabela abaixo:

Tipo de Projeto	Projetos
Aperfeiçoamento da Gestão e Operacionalização de TIC	PGTIC - Aperfeiçoamento das Políticas, Procedimentos e Padrões de TIC
Aperfeiçoamento e adequação da infraestrutura TI	PINFRA1 – Adequação da Estrutura do Centro de Dados da Sede
	PINFRA2 – Readequação e instalação de Cabeamento Estruturado
	PINFRA3 – Atualização Tecnológica e Instalação de Ativos de Rede
	PINFRA4 – Renovação e Ampliação do Parque Tecnológico, Backup e Virtualização
Aperfeiçoamento e adequação dos sistemas e soluções de software	PSOFTW – Implantação de solução de Processos de Negócio
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	PCONSRH - Consultoria organizacional, gestão de pessoas e desenvolvimento de recursos humanos
Aperfeiçoamento e adequação da infraestrutura	PREF1 – Reforma, ampliação, equipagem e modernização do Núcleo João XXIII
	PREF2 – Reforma, equipagem e modernização do Núcleo da Defensoria Pública - Av. Senador Virgílio Távora

No ano de 2019 houve o primeiro desembolso financeiro no valor de R\$ 1.559.118,85 (um milhão e quinhentos e cinquenta e nove mil e cento e dezoito reais e oitenta e cinco centavos), em 2020 não foram realizados desembolsos financeiros, já em 2021 foi desembolsado o total de R\$ 3.885.720,53 (três milhões e oitocentos e oitenta e cinco mil e setecentos e vinte reais e cinquenta e três centavos), em 2022 foi desembolsado R\$ 2.906.232,11 (dois milhões, novecentos e seis mil e duzentos e trinta e dois reais e onze centavos), em 2023 o valor do desembolso foi de R\$ 1.024.220,82 (um milhão e vinte e quatro mil e duzentos e vinte reais e oitenta e dois centavos) e em 2024 o valor de R\$ 664.442,09 (seiscentos e sessenta e quatro mil e quatrocentos e quarenta e dois reais e nove centavos) restando um saldo a ser repassado pelo agente financeiro BNDES no total de R\$ 849.154,50 (oitocentos e quarenta e nove mil e cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos) conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 19 – Desembolsos Financeiros BNDES

DESEMBOLSOS FINANCEIROS BNDES												
Fonte BNDES	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total	% Desembolso	Valor Previsto	Saldo a Realizar	% a Realizar
Valor:	0,00	1.559.118,85	0,00	3.885.720,53	2.906.232,11	1.024.220,82	664.442,09	10.039.734,40	92,20%	10.888.888,90	849.154,50	7,80%

Com relação as contrapartidas com recursos do Tesouro Estadual o BNDES autorizou que sejam utilizadas as despesas relacionadas com os Projetos do PMAE a partir do ano de 2014, no qual foi aprovada a Carta Consulta referente ao projeto. No ano de 2020 foi realizado o valor total de R\$ 269.250,00(duzentos e sessenta e nove mil e duzentos e cinquenta reais) referente a contrapartida do Tesouro Estadual resultando assim no valor realizado acumulado de R\$ 4.804.948,76(quatro milhões e oitocentos e quatro mil e novecentos e quarenta e oito reais e setenta e seis centavos) de contrapartida do Tesouro Estadual, conseguindo assim superar o valor da contrapartida exigida no valor R\$4.666.666,00 (quatro milhões e seiscentos e sessenta e seis mil e seiscentos e sessenta e seis reais) conforme apresentado na tabela abaixo:

Tabela 20 – Contrapartida realizada no Projeto PMAE_DPGE

CONTRAPARTIDA REALIZADA	
ANO	VALOR
2014	172.183,65
2015	574.944,10
2016	328.000,00
2017	700.399,00
2018	1.343.346,99
2019	1.416.825,02
2020	269.250,00
Total:	4.804.948,76
Total Previstos:	4.666.666,00
Contrapartida Realizada:	102,96%

No ano de 2024 foram executados com recursos Fonte BNDES o valor total de R\$ 438.848,94 (quatrocentos e trinta e oito mil e oitocentos e quarenta e oito reais e noventa e quatro centavos), tendo como valor total executado com recursos Fonte BNDES no projeto o montante de R\$ 9.542.676,61 (nove milhões e quinhentos e quarenta e dois mil e seiscentos e setenta e seis reais e sessenta e um centavos) restando um saldo a executar de R\$ 1.346.212,29 (um milhão e trezentos e quarenta e seis mil e duzentos e doze reais e vinte e nove centavos) conforme apresentado na tabela abaixo:

Tabela 21 – Recursos Fonte BNDES realizado Projeto PMAE_DPGE

RECURSOS FONTE BNDES	
ANO	VALOR
2019	770.841,74
2020	506.843,06
2021	2.089.682,72
2022	4.188.663,20
2023	1.547.796,95
2024	438.848,94
Total:	9.542.676,61
Total Previsto no Projeto	10.888.888,90
Saldo a Realizar:	1.346.212,29

7 Demonstrativo das transferências de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou instrumentos congêneres

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ

CONVÊNIOS DE RECEITA			
Número SCC	21247	21253	21486
Número SIAFE-CE	220015	230004	240002
Número Transferegov.	917424/2021	931392/2022	952051/2023
Convenente	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Ministério da Justiça e Segurança Pública
Vigência	26/11/2021 - 04/03/2024	24/08/2022 - 24/10/2025	28/12/2023 - 28/12/2025
Data de Publicação	01/12/21	25/08/22	03/01/24
Objeto	Contratação de equipe técnica para equipe multidisciplinar do Rede Acolhe a fim de ampliar seu atendimento visando a efetividade e qualidade no serviço defensorial para familiares vítimas.	Fortalecimento do atendimento jurídico e psicossocial de mulheres em situação de cárcere nas unidades prisionais femininas da Região Metropolitana de Fortaleza – CE e seus familiares.	Instalação de central de atendimento a vítimas e familiares de vítimas de crime e atos infracionais graves contra a pessoa com perspectiva de gênero, no âmbito do programa Rede Acolhe da Defensoria Pública do Estado do Ceará.
Valor Contrapartida	R\$ 120.310,38	R\$ 170.408,10	R\$ 3.931,29
Valor Repasse	R\$ 150.000,00	R\$ 1.473.945,06	R\$ 600.053,33
Valor Total	R\$ 270.310,38	R\$ 1.644.353,16	R\$ 603.984,62
Saldo Remanescente - Instrumento	R\$ 0,00	R\$ 707.010,27	R\$ 603.984,62
Saldo Remanescente - Devolvido	R\$ 93.575,90	-	-
Situação	Adimplente - Finalizado	Adimplente - Em Execução	Adimplente - Em Execução
Justificativa/Situação	Prestação de contas finalizada, no qual realizou-se a devolução do saldo em proporcionalidade.	Saldo remanescente a ser executado no próximo exercício.	Aguardando o depósito do recurso federal.

Nota Explicativa:

1 – Do saldo financeiro do convênio 917421/2021, o valor de R\$ 31.413,91 (trinta e um mil e quatrocentos e treze reais e noventa e um centavos) corresponde a rendimentos de aplicações financeiras;

Fonte: Secretaria de Finanças DPGE em 06/05/2025.

8 Relatório de desempenho de gestão dos órgãos ou entidades supervisoras que mantenham contrato de gestão com organizações sociais na forma da Lei 12.781/97, bem como relatórios gerencial e de atividades

A Defensoria Pública do Estado do Ceará não firmou, no exercício de 2024, Contratos de Gestão com Organizações Sociais na forma da Lei 12.781/97, de 30 de dezembro de 1997.

Fonte: Secretaria de Finanças DPGE em 06/05/2025.

9 Conclusão

A instituição pública que pensa e planeja suas ações proporciona à sociedade, membros, servidores e colaboradores plena visibilidade de sua atuação, com descrições claras de seus propósitos a atingir e referencial para a avaliação dos resultados obtidos.

A busca da eficiência e eficácia no atendimento de sua missão constitucional exigem da Defensoria Pública do Estado do Ceará o planejamento de suas ações que levem a melhor qualidade dos serviços oferecidos ao cidadão cearense hipossuficiente.

Após o fim do período pandêmico e retorno às atividades presenciais, a Defensoria Pública do Estado do Ceará retomou o planejamento institucional de forma participativa entre seus membros e a sociedade civil, com a realização em 2024 do IX Ciclo de Orçamento Participativo. Essa metodologia de definição das diretrizes, objetivos e metas da instituição mediante participação popular, demonstra o compromisso da atual gestão com a responsabilização democrática.

No período de 2023-2024 a Defensoria do Estado do Ceará apresentou melhoria em vários indicadores de governança, dentre os quais destacam-se exemplificadamente: (a) número total de atendimentos; (b) índice de execução dos projetos do planejamento estratégico; (c) índice de transparência pública e (d) classificação no Programa Nacional de Transparência Pública da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON).

2023	2024
1.538.259 atendimentos	1.973.275 atendimentos
91,12% de execução dos projetos do planejamento estratégico	58,03% de execução dos projetos do planejamento estratégico
95,13% de índice de transparência pública	96,01% de índice de transparência pública
Selo DIAMANTE - no Programa Nacional de Transparência Pública da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)	Selo DIAMANTE - no Programa Nacional de Transparência Pública da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)

Os resultados alcançados são fruto do esforço contínuo da Defensoria Pública do Estado do Ceará em adotar metodologias e boas práticas de gestão pública no cumprimento de sua missão constitucional de promover acesso à justiça à população carente do Estado do Ceará.

A Defensoria Pública do Estado do Ceará seguirá em 2025 aperfeiçoando o modelo de gestão, sempre em busca de promover o serviço público de excelência à sociedade cearense.

10 Referências Bibliográficas

DPGE – Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2024-2025. Fortaleza. 2024. Disponível em: <https://www.defensoria.ce.def.br/portal-da-transparencia/planejamento-estrategico/2024-2025/>

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). INDICADORES DE PROGRAMAS - Guia Metodológico. Brasília, Julho/2018. Download em: https://www.gov.br/gestao/pt-br/aceso-a-informacao/estrategia-e-governanca/planejamento_estrategico_arquivos/livros_guias_publicacoes/guia-metodologico-para-indicadores-mp-2018.pdf ;

TCU - Tribunal de Contas da União. TÉCNICA DE INDICADORES DE DESEMPENHO PARA AUDITORIAS, Brasília, Novembro/2011 - ano XLIV – N°3, disponível em <http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D78C1F1014D7957D0D84565>



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO CEARÁ